

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESAS

Vol. XXV – TOMO II

2003-2006

REVISTA PORTUGUESA
DE
FILOLOGIA

MISCELÂNEA DE ESTUDOS

In Memoriam

JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO

Separata



COIMBRA

MARIA ANTÓNIO HÖRSTER
Universidade de Coimbra

EVELINA VERDELHO
Universidade de Coimbra

TELMO VERDELHO
Universidade de Aveiro

A TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA E DA CULTURA. ELEMENTOS PARA UMA SÍNTESE(*)

A tradução nos sécs. XII-XVI

Na génese do português escrito.

Portugal afirmou-se como reino livre em 1143. A sua independência foi depois corroborada por Alexandre III numa bula papal

(*) Este estudo insere-se nas áreas de investigação científica desenvolvida pelos seus autores no âmbito dos seguintes Centros, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (Maria António Hörster, que aí coordena o Projecto n.º 3, «Literatura moderna e contemporânea de expressão alemã em traduções portuguesas: teoria, história e crítica»); Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Universidade de Coimbra (Evelina Verdelho); Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro (Telmo Verdelho). Após a redacção de uma pequena notícia sobre tradução em Portugal (solicitada para uma enciclopédia de ciências da linguagem e da comunicação, da Editora Walter de Gruyter), ampliou-se consideravelmente e reelaborou-se a informação reunida, de modo a obter um conspecto panorâmico – necessariamente lacunar – que saliente alguns momentos e participações, com especial significado para a história da língua e cultura portuguesas, nomeadamente a que se cumpre nos textos literários.

Com José G. Herculano de Carvalho, Professor e Linguista insigne, aprendemos, desde os dias em que expunha perante os alunos a sua *Teoria da linguagem*, também a humildade da insatisfação com o trabalho que se vai construindo, e o empenho em o aperfeiçoar, até ao fim. Gostaríamos de honrar essa lição, agora e sempre.

O presente trabalho foi entregue para publicação em Janeiro de 2001. De então para cá, o interesse por este campo de investigação tem conhecido um incremento notável. Na impossibilidade de proceder à actualização que gostaríamos de fazer, em especial de referências bibliográficas, remetemos o leitor para a base de dados “Bibliografia Portuguesa de Estudos de Tradução – Tradbase” (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), coordenada pelo Prof. João Ferreira Duarte, disponível em linha (URL: <<http://www.tradbase.net>>).

(*Manifestis probatum*, 23/5/1179), redigida em latim, a mesma língua em que foram escritos todos os outros textos portugueses desse tempo de que se guarda testemunho documental. O vernáculo teve acesso à escrita pelo final do séc. XII, num quadro de grande intercomunicação plurilingue, condicionado pela reconquista do território aos árabes e pela recolonização cristã, em que colaboraram cruzados e monges provenientes de várias partes da Europa. Em 1147 juntaram-se em Lisboa falantes de árabe, hebraico, românico moçárabe, inglês e outras línguas germânicas, línguas faladas em França, latim e naturalmente português, a língua conquistadora, que era então um instrumento de comunicação exclusivamente oral, dependente da escrita latina.

A escrita em português nasceu tomando como referência os modelos latinos. A partir deles foram reproduzidos (traduzidos) os actos de relação jurídica, tais como o Testamento de D. Afonso II (1214) e outros textos de teor notarial e administrativo, que dão início à formação de um vastíssimo património escritural, histórico e literário, elaborado ininterruptamente, ao longo de sete séculos, até à actualidade. A par do latim, e ainda nos primeiros decénios da fixação escrita, também o castelhano abriu caminho para a trasladação portuguesa de textos de índole jurídica e religiosa. Com excepção da poesia, a memória documentada da língua portuguesa produzida durante a Idade Média é, na sua maior parte, o resultado de um abundante processo de traduções literais ou parafrásticas. Nem sempre é possível identificar com segurança as línguas de origem directa, mas, para além das fontes reconhecidas em latim, em castelhano, em francês e em árabe, é provável que também o italiano, o inglês, o provençal, o catalão e até o hebraico tenham sido línguas de origem, sobretudo para a elaboração de textos compósitos, súmulas doutriniais ou enciclopédicas e sínteses historiográficas. A língua portuguesa experimentou um enérgico impulso de elaboração textual e um renovado aprovisionamento do léxico, por força desta intercomunicação, que se repercutiu também na configuração da cultura, no universo de referências da ciência, das artes, dos valores morais e, em suma, no percurso histórico do país.

A influência interlinguística e intercultural foi particularmente determinada pelas características dos textos traduzidos. Numa perspectiva panorâmica, percorrendo as várias centenas de títulos da bibliografia referente à escrita medieval portuguesa, e considerando especialmente a prosa, é possível distinguir três grandes parâmetros de

caracterização textual: textos de tipo narrativo; textos de âmbito religioso; textos caracterizados por uma intenção didáctica, de tipo filosófico, enciclopédico, ou ainda de informação técnica ou paracientífica. Estes três tipos de textos, cada um a seu modo, documentam uma certa implicação no processo de convívio e de comunicação translinguística que se verifica na formação da memória escritural, durante os primeiros séculos da história da língua portuguesa.

A tradução como referência matricial dos textos narrativos

Na sua dupla vertente novelística e historiográfica, as traduções de textos narrativos dão expressão literária e acrescentam memória textual a uma variedade linguística próxima das realizações coloquiais. Em alguns destes textos exercitam-se as técnicas do discurso directo e do discurso indirecto, oferecendo os primeiros registos de diálogos em língua portuguesa. Por meio destas versões foi recebido no espaço cultural português o imenso fluxo narrativo das novelas de cavalaria, provenientes de originais franceses e, eventualmente, de reescritas castelhanas, leonesas ou mesmo catalãs. Os seus heróis e todo o imaginário dos valores cavaleirescos haviam de fascinar o jovem rei D. João I (1357-1433) e o Condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431), nas guerras contra Castela (1383-1385), segundo o testemunho dos seus cronistas.

Do conjunto muito amplo de textos novelísticos que foram conhecidos e lidos e que terão sido traduzidos, chegou até ao presente apenas uma herança muito fragmentária, com especial destaque para os dois títulos da literatura arturiana: *Demanda do Santo Graal* e *José de Arimateia*. Entre as traduções de romances medievais, merecem especial lembrança a *Crónica troiana* e a *História de Vespasiano*, a primeira, porque introduziu na memória literária portuguesa, logo nos alvares da escrita vernácula, uma evocação da remota epopeia homérica, e a segunda, porque, tendo sido impressa entre os primeiros textos incunabulares, em Lisboa (por Valentim Fernandes, 1496), beneficiou certamente de uma larga difusão e foi mesmo exportada na expansão marítima. Na embaixada ao lendário rei católico do Oriente Preste João, em 1515, foram enviados cem exemplares desta obra, juntamente com dois milhares de cartinhas para ensinar a leitura e a doutrina cristã.

As narrativas historiográficas dão testemunho de uma intertextualidade mais complexa. Poucos são os textos resultantes de traduções directas e integrais para português de obras escritas em outras línguas. A parte mais importante da historiografia medieval compõe-se de produção própria em língua portuguesa, integrando e aglutinando na sequência narrativa as fontes provenientes de línguas alheias, traduzidas, formando uma espécie de centão, geralmente sem citação de origem.

Os cronistas portugueses medievais e quincentistas fazem um amplíssimo aproveitamento de textos escritos em latim, quer se trate de obras igualmente historiográficas, tais como a *Chronica de Isidoro*, o *Liber regum* (crónica aragonesa do início do séc. XIII), os *Annales portucalenses veteres*, quer se trate de documentos de arquivo notariais e de diplomas da chancelaria régia e da cúria pontifícia. Fontes escritas em outras línguas, nomeadamente francesas, inglesas e sobretudo castelhanas, acompanharam também a formação da memória histórica portuguesa. Por exemplo, a obra de Lopez d' Ayala, sem nunca ter sido objecto de tradução expressa, foi em alguns capítulos quase literalmente vertida pelo cronista Fernão Lopes (c. 1380-1459?).

Do árabe, temos conhecimento de um texto historiográfico traduzido para português. Trata-se da *Crónica do Mouro Rasis*, mandada traduzir pelo rei D. Dinis (c. 1261-1325), no início do séc. XIV. O único exemplar manuscrito de que houve notícia perdeu-se, provavelmente no terramoto de Lisboa de 1755, mas a versão original portuguesa serviu de fonte para as crónicas subsequentes e para uma tradução castelhana feita ainda no séc. XIV. Exemplo particularmente significativo de tradução historiográfica é a *Vida e feitos de Júlio César*. Trata-se de uma «versão longa e difícil pela heterogeneidade do vocabulário», feita a partir da compilação francesa *Li fet des romains*, e levada a cabo para o vernáculo português, pelos meados do séc. XV, «com segurança e maturidade linguística» (Mateus, 1970:XI).

Entre a prosa narrativa, proveniente de tradução, deverá também incluir-se a literatura hagiográfica, que ocupa um interessante espaço na bibliografia medieval. As vidas dos santos liam-se com assiduidade e, sem dúvida, preencheram e impregnaram profundamente a tradição oral portuguesa. Para além da sua utilização provável em recitações comunitárias, nas igrejas e conventos, eram também oferecidas para leitura quotidiana e domiciliária ao público mais largo que não sabia latim:

Ha qual obra foy feita e tresladada a fym que os que a lengua latina nom entendem nom sejam priuados de tam ecçellentes & maravilhosas vidas e exemplos, et por que cada huum estando en sua casa despenda o tempo em leer tam ecçellentes e sanctas vidas & exemplos que outras ystoreas vaãs ou liuros de pouco fructo.

Esta justificação vem assim formulada no cólofon que fecha uma tradução do *Flos sanctorum* de Voragine, feita certamente a partir de uma versão castelhana, nos finais do séc. XV, e impressa em Lisboa, por Hermão de Campos, em 1513.

A tradução e o discurso espiritualista e religioso

Os textos religiosos eram frequentemente utilizados e realizados numa situação de bilinguismo institucionalmente sustentado. O latim e o vernáculo eram obrigados a conviver e a cultivar entre si uma prática permanente de tradução e de intercomunicação. Nas celebrações litúrgicas e nos textos doutrinários usava-se obrigatoriamente o latim; todavia, na pregação do Evangelho e na oração popular tornava-se indispensável o uso da língua vulgar. Desde a Idade Média, as necessidades de formação catequética e de expansão da mensagem suscitaram o recurso ao vernáculo para a comunicação com as pessoas que não sabiam latim, como explica o tradutor do *Soliloquio* de Santo Agostinho, no texto introdutório: «E pensei de o tornar de latim em lingoagem por tal que as pessoas devotas que nõ entendem latim possam receber proveito de tam sancta e tam virtuosa obra». Naturalizou-se, assim, um importante núcleo textual que se caracteriza não só por verbalizar um universo semântico bem específico (a expressão do sagrado, dos valores místicos e morais), mas também por repercutir proveniências linguísticas diversas (hebraica, grega e latina), e ainda pela especificidade da sua recepção – profunda, ampla e prolongada. O discurso religioso tocou intensamente toda a população, foi memorizado e repetido quotidianamente, ao longo de vários séculos. Para além de muitos outros aspectos antropológicos e culturais, o enunciado religioso, todo ele virtualmente traduzido, integrou na língua portuguesa as fórmulas que organizam a superestrutura do sagrado e que oferecem uma certa coerência para a visão do mundo e da vida; verbalizou a solenidade e o gesto cultural; criou redes lexicais que sistematizam o comportamento moral, enumerando os pecados e as virtudes; repercutiu-se na ritualização do tempo e na oralidade da relação

quotidiana, nas formas de tratamento e nas interjeições; e, finalmente, traduziu para português um quantioso vocabulário institucional referente à organização eclesiástica.

O espólio de textos medievais traduzidos neste âmbito literário compõe-se de livros e de fragmentos da Bíblia, de alguns textos litúrgicos, de obras catequéticas de espiritualidade e apologéticas, de regras monásticas, e também de vidas de santos, a que já antes se fez referência (Cintra, 1960:26-41).

Surpreendente, no conjunto muito amplo da literatura religiosa medieval, é a pouca representatividade de traduções da Bíblia, mesmo tendo em conta os textos que se perderam na acidentada tradição patrimonial portuguesa (Nascimento, 1993:88-92). O texto latino, que existia em cópias mais abundantes, prestava-se facilmente para as traduções orais, praticadas habitualmente no ciclo das celebrações litúrgicas. Esta circunstância promoveu um convívio dinâmico entre o latim e o vernáculo, e repercutiu-se na estruturação dos sermões ao longo de vários séculos da oratória sagrada. As citações latinas desencadeavam o sermão e reapareciam como elemento articulador de toda a sequência discursiva. No século XVII o grande orador jesuíta António Vieira (1608-1697) utilizaria exemplarmente este recurso predicatório, propondo, para os textos bíblicos citados, traduções parafrásticas.

As poucas traduções bíblicas efectuadas na Idade Média foram feitas a partir do latim, do castelhano, do francês e também do hebraico – o convívio translatório entre esta língua e o português é pouco conhecido, mas pode ter tido uma certa relevância, sobretudo até ao final do séc. XV.

O espaço da literatura religiosa traduzida na Idade Média ganhou uma especial dimensão com o acesso à tipografia. Entre os primeiros incunábulo em língua portuguesa, foi publicado um extenso texto com o título *De vita Christi*, escrito em latim pelo dominicano Ludolfo de Saxónia, e traduzido para português (1446) por dois monges cistercienses (impresso em Lisboa, por Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia, em 1495). Pouco depois, uma outra obra de piedade, *Euangelhos & epistolas con suas exposições, en romãce*, escrita em latim por Guilherme Parisiense, era publicada numa tradução feita pelo próprio impressor, a partir de uma versão castelhana (Porto, Rodrigo Álvares, 1497).

A tradução de textos no domínio da religião repercutiu-se de muitos modos na identidade portuguesa. Um interessante indicador dessa

eventual interação pode ser a própria herança onomástica. Com efeito, os nomes dos santos e os apelativos bíblicos preenchem de modo predominante a antroponímia vernácula. Bastará lembrar que os nomes «José», «Manuel» e «Maria» são os mais frequentemente ocorrentes na antroponímia portuguesa.

A tradução repercutida na elaboração dos textos didácticos

Desde os alvares da nacionalidade a tradução constituiu uma via preponderante para a recepção em Portugal de um conjunto de textos de formação moral, de orientação didáctica, de tipo filosófico ou enciclopédico, e ainda de informação técnica ou paracientífica.

Algumas dessas obras são provenientes de traduções directas, como o *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram*, traduzido pelo Infante D. Pedro (1393-1449). Outras são elaboradas a partir da tradução de várias fontes, formando sínteses textuais com uma certa originalidade, a ponto de se lhes poder atribuir um autor português. É o caso do *Leal conselheiro*, em que o rei D. Duarte (1391-1438) colige, traduz e adapta muitos textos de origem latina e acrescenta capítulos da sua autoria. O mesmo acontece com a *Virtuosa benfeitoria*, assinada ainda pelo Infante D. Pedro, que consiste em uma espécie de paráfrase em língua vernácula, com divagações e acrescentos, do *De beneficiis*, de Séneca. Outras traduções caracterizam-se pela sua especialidade temática e pela sua precisão informativa em relação a actividades e técnicas da época, como o *Livro de alveitaria de Mestre Giraldo*, ou o *Livro de cetraria do rei Dancus*, ou ainda os volucrários e ictiários que escreviam, pela primeira vez em português, os nomes das aves e dos peixes. Neste âmbito merecem ainda especial lembrança os importantes formulários jurídicos mandados traduzir pelo rei D. Dinis, provavelmente ainda no séc. XIII, a partir dos originais castelhanos de Afonso X, o Sábio (†1284). As *Flores de direito*, o *Foro real* e as *Partidas* constituem a primeira legislação escrita na língua de Portugal e marcaram definitivamente o seu quadro de relacionamento social e, de algum modo, a sua civilização.

Estas traduções chegaram a perfazer um acervo textual abundante e contribuíram para naturalizar em português um diversificado espaço semântico que era, até então, quase exclusivamente verbalizado em latim. Esta pressão inovadora manifestou-se no léxico e na plástica da

frase. Os tradutores encontraram expressão, em vernáculo, para toda a gama de abstracções e de proposições da Escolástica e da especulação lógica que entretecem o pensamento medieval, deram codificação escrita a uma variada informação enciclopédica, formalizaram as leis e, sobretudo, acrescentaram ao léxico novas séries terminológicas provenientes das artes liberais e dos tratados pré-científicos que circulavam apenas na língua latina.

Foi por esta via da tradução, mais do que pela actualização tecnológica, que o português cultivou e desenvolveu a sua aptidão para absorver e produzir terminologias, adequando-se à escrita, recriando estruturas lexicais e sistematizando o confronto interlinguístico. A partir do final do séc. XIII, o espólio lexical documentado da língua portuguesa começa a ser preenchido por um vocabulário não tradicional, importado directamente por tradução de originais latinos e castelhanos (Verdelho, 1994:340). Um bom exemplo dessa importação e aportuguesamento de terminologias encontra-se na tradução de um manual de gramática (séc. XIV), onde aparece vernaculizada toda a metalinguagem latina («nominativo», «acusativo», «pronome», «verbo», «participio», «preposição», etc.) (Nascimento, 1989:219).

A tradução como factor de latinização do português

Um dos aspectos mais dignos de nota nos primeiros séculos de interacção translatória é o convívio predominante com o latim, quer de maneira directa, quer de maneira indirecta, quando repercutido pelas línguas românicas que primeiro produziram escrita patrimonial, e em especial o castelhano, o francês e o italiano.

O convívio com o latim, que determinou o intenso processo de relatinização da língua escrita portuguesa, não foi acompanhado pela tradução geral da literatura latina antiga, como aconteceu com as outras grandes línguas europeias. Na realidade, traduziu-se pouco texto clássico e a maior parte das traduções ficaram manuscritas e perderam-se, sem chegarem a ser impressas, porque a pequena dimensão do mercado não terá justificado a sua publicação. A recepção do grande legado literário greco-latino foi feita em Portugal pela leitura nas línguas originais ou por traduções em outras línguas modernas. Podemos dizer que se verificou uma tradução virtual para a memória linguística e cultural portuguesa. Os autores gregos e latinos estão implícita ou explicita-

mente presentes em toda a tradição literária desde a Idade Média, mas quase não foram publicados em vernáculo português antes dos sécs. XVIII e XIX. Séneca e Cícero foram, naturalmente, os autores antigos mais citados na escrita medieval portuguesa e foram dos raros (pode acrescentar-se Vegécio, *De re militari*) traduzidos para português durante a Idade Média. De Cícero se conserva a já citada versão do *De officiis*, efectuada entre 1433 e 1438 pelo Infante D. Pedro.

Uma certa actividade translatória foi ensaiada na primeira metade do séc. XV, no âmbito do impulso escritural tutelado pela Casa de Avis, iniciado por D. João I e continuado pelo Rei D. Duarte e por seu irmão, o Infante D. Pedro (Pinho, 1993a:129-153). No círculo das suas relações literárias desenvolveu-se uma interessante preocupação bibliográfica e escritural em que, além do gosto pela tradução de autores clássicos, pela primeira vez se formula em língua portuguesa uma reflexão teórica, ainda que breve, sobre a arte de traduzir. Trata-se do capítulo 99 do *Leal conselheiro* (retomado do *Livro dos conselhos*) – «Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem» (Piel, 1942:372). Sem descuidar a integral compreensão e a fidelidade ao sentido e à letra do texto de partida, nele se preceitua um especial investimento na vernaculidade, propriedade e clareza do texto de chegada. D. Duarte recomenda uma cuidadosa apresentação gráfica do texto, com a introdução de parágrafos e da pontuação e sugere para este efeito que a tradução e a escrita sejam feitas por uma só pessoa, e não por duas, como seria prática frequente na Idade Média (Pinho, 1993b:37-46).

Não obstante a escassa dimensão de texto conhecido em vulgar português medieval, resultante da tradução do fundo greco-latino, podemos todavia afirmar que a mensagem clássica entrou profundamente no universo cultural português. A utilização da língua latina pelos falantes de português supõe uma permanente eventualidade da tradução. Por outro lado, o estudo do latim determinou a estruturação do sistema de ensino, promoveu a exercitação da escrita e ofereceu ao vernáculo uma inesgotável fonte de recursos vocabulares. Por esta via erudita, o dicionário do português alargou o seu espaço de sinonímia e de um modo geral da redundância lexical, condicionando e determinando toda a ulterior produção literária em língua portuguesa. A recuperação de formas latinas e o seu reemprego em português vai atingir níveis mais elevados do que em outras línguas românicas, e influenciará também grandemente o estabelecimento do código ortográfico.

Momentos preponderantes do influxo translatório durante a Idade Média

A notícia que temos sobre a actividade de tradução ao longo dos primeiros séculos da história da língua portuguesa revela dois momentos de significativa emergência: o primeiro, no final do séc. XIII, o segundo, na primeira metade do séc. XV. No final do séc. XIII e nos primeiros anos do séc. XIV, durante o reinado de D. Dinis, neto de Afonso X, e fecundo poeta «en maneira de proença», a valorização do vernáculo e o desenvolvimento da tradução podem ter sido assumidos de maneira institucional pelo próprio rei. Segundo o testemunho de Frei Francisco Brandão (1650:6),

[mandou] que os processos, & actos judiciais se escreuessem na lingua vulgar Portuguesa, & não na Latina, como era costume. (...) O liuro das partidas de seu auo Dom Afonso mandou elRey Dom Dinis traduzir em lingua Portuguesa. Trabalhou elRey Dom Dinis muito por enriquecer a lingua Portuguesa, & a este fim mandou traduzir nella muitos liuros escritos em varias lingoas, que hoje nos faltão.

O rei português beneficiou da lição e de alguma produção bibliográfica da florescente chancelaria de Afonso X. Além disso, pôde contar com a influência dinamizadora da Universidade, por ele próprio fundada em 1290, e com o apoio de importantes centros de escrita conventuais, como os de Santa Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Lisboa, e de Alcobaça, onde se ensinava a ler e certamente a traduzir latim desde o séc. XII – temos notícia da existência, no *scriptorium* alcobacense, de um vocabulário latim-português escrito por volta de 1170.

Na primeira metade do séc. XV verifica-se um segundo momento de intensa actividade tradutiva. Na sequência de importantes mutações políticas, a corte portuguesa recebe pela primeira vez (1387) uma rainha não espanhola (Filipa de Lancaster, neta de Eduardo III de Inglaterra), e alarga o contacto com as línguas europeias modernas, com o inglês, e sobretudo com o francês, propiciado pelo casamento da infanta Dona Isabel com Filipe III de Borgonha (1429). Verifica-se então um deliberado investimento na promoção da língua, como um dos factores de identificação da independência nacional, e neste contexto se inscreve um insistente esforço de produção de texto escrito e de tradução estimulado pela Casa de Avis, pelos Ínclitos Infantes e pelo próprio rei D. João I. Dele diz o cronista Duarte Nunes de Leão que «foi o primeiro, que neste Reyno ordenou que se trasladassem, em

lingoa Portugueza» as Horas da Virgem Maria, e que «(...) assi mandou trasladar os Evangelhos, e a Vida de Christo, e outros livros espirituales, para que a gente vulgar não ignorasse as cousas da Fé» (Leão, 1975:728).

Os filhos de D. João I foram eles próprios tradutores. Além de D. Duarte e de D. Pedro, já acima referidos, atribui-se também a D. Henrique a tradução do livro *Segredo dos segredos* (Sá, 1960:XIX). Na órbita da Casa de Avis foram solicitados vários letrados para efectuarem traduções, entre os quais se destacam os nomes de Frei João Verba, Vasco Fernandes de Lucena e Alfonso de Cartagena. Este, a pedido de D. Duarte, traduziu, para castelhano, do tratado de retórica de Cícero a parte *De inventione*.

Foi simultaneamente durante este período que mais se incentivou a tradução em Alcobça, dedicada a livros de espiritualidade e de disciplina monástica, como, entre outros, *Regra de S. Bento*, *Diálogos de S. Gregório*, *Livro das vidas e das paixões dos Apóstolos*, de Bernardo de Brihuega, e *Vida de Cristo*, de Ludolfo de Saxónia. Guarda-se notícia de tradutores cistercienses deste tempo, tais como Martinho de Alcobça, Estevão Anes Lourindo, Estevão Vasques (Nascimento, 1992:149-162). Este impulso dado à tradução para português, pelos finais da Idade Média, atenua-se consideravelmente ao longo dos séculos XVI e XVII.

A tradução para português na conjuntura humanista

O movimento humanista, a internacionalização do porto de Lisboa e a renovação da influência castelhana recriam, já a partir dos fins do séc. XV, e depois ao longo dos anos de Quinhentos e Seiscentos, um espaço de comunicação plurilingue em que, a par do português, se cultivam também, como línguas gerais de acesso ao texto escrito, o latim, o italiano e sobretudo o castelhano, tornando-se assim menos necessário o recurso à tradução (como ainda veremos adiante). A acentuada rarefacção que se observa na actividade tradutiva, durante esses séculos, coincide com a publicação de centenas de obras, nos prelos portugueses, em latim e castelhano, algumas traduzidas de originais em língua portuguesa, e com a importação de uma grande quantidade e variedade de livros estrangeiros, que podem em grande parte ser ainda hoje inventariados nas bibliotecas portuguesas.

Esse enorme fundo bibliográfico, de textos literários e de informação científica e técnica, e outros, ao ser lido por falantes portugueses, foi objecto de uma espécie de tradução virtual. O aumento considerável da escolarização do latim e a crescente intercomunicação com Espanha e Itália fazem da tradução uma actividade que não necessita de se executar em textos escritos publicados na língua nacional, mas nem por isso ela deixa de ser uma realidade subjacente ao panorama cultural português, efectuada quotidianamente, como experiência individualizada pelos numerosos escritores e leitores de latim e de castelhano.

Valerá a pena apresentar dados numéricos para se ver quanto a produção tipográfica portuguesa e a publicação de traduções foi condicionada pela complexa situação interlinguística referida. Dos cerca de 2.000 títulos impressos em Portugal no séc. XVI, menos de 800 estão escritos em português, e de entre estes apenas cerca de 140 são traduções, sendo os restantes em latim e em castelhano; consequentemente estes perfazem um número muito mais elevado do que os traduzidos para a língua portuguesa. O fraco débito de traduções publicadas em português manteve-se ainda ao longo do séc. XVII e só a partir do séc. XVIII se alterou (como haveremos de destacar). Enquanto o número de traduções saídas dos prelos durante o séc. XVII pouco passa de 260, elevam-se a cerca de 1900 as traduções publicadas durante a centúria seguinte.

A diminuta quantidade de traduções publicadas no período em referência deve ter-se repercutido negativamente no espaço cultural português, sobretudo ao nível da divulgação pública e da recepção do texto literário. Não deve esquecer-se, todavia, que ficaram manuscritos e não chegaram a ser impressos muitos textos que foram traduzidos entre 1500 e 1700, sobretudo provenientes do fundo literário greco-latino. Sirva de exemplo a primeira tradução portuguesa integral da *Eneida*, feita por Leonel da Costa (1570-1647), que nunca foi publicada e que precedeu, juntamente com outras tentativas fragmentárias, a versão de João Franco Barreto, impressa pela primeira vez em Lisboa, em 1664-1670 (Nascimento, 1981:214 ss.).

António A. Gonçalves Rodrigues, no extenso e muito valioso estudo sobre a tradução em Portugal, que fundamenta o presente artigo em vários lugares, enumera 412 títulos de traduções para português, publicados desde 1495 até 1700. A espiritualidade e as temáticas religiosas, designadamente em espanhol, constituem objecto predomi-

nante para a maior parte deles (cf. em alínea subsequente). Entre as restantes obras, um pequeno número é dedicado à informação científica e de actualidade, tais como, entre outros: *Regimento proueytoso contra a pestença* (1495-1496); *Livro de Marco Paulo* (1502); *Regimento do estrolabio* e *Tractado da spera do mundo* (1509), de Sacrobosco (retomado por Pedro Nunes, em 1537); *Reportorio dos tempos* (1518), traduzido do castelhano e várias vezes reeditado; o breve sumário do *De asse*, de Budé (1535); *Coronica geral*, de Marco Antonio Cocio Sabelico (1550 e 1553) – a que se hão-de juntar, na centúria seguinte, *Thesouro dos pobres*, de Pedro Hispano (1611), *Doctrina politica civil e militar*, de Justus Lipsius (1644), *Relaçam do estado politico e espiritual do Imperio da China* (1672), escrito em latim pelo jesuíta Francisco Rogemont. Ainda neste âmbito temático, algumas traduções para português serão publicadas no estrangeiro, por emigrantes ou dissidentes, e. g.: Avicena, traduzido do árabe por Xalon de Oliveira (Amsterdam, 1652); *Aristippo ou homem de corte* (Paris, 1648), traduzido do original francês de Jean L. G. de Balzac (Rodrigues, I, 1992:73).

A tradução literária, se considerarmos só as obras impressas, parece ter sido pouco cultivada até ao séc. XVIII. No que respeita à literatura antiga – ponto a que haveremos de voltar em vários lugares – destacam-se os nomes de Ovídio e Virgílio, já lembrados no *Cancioneiro geral* (1516), e ainda de Cícero, Sófocles, Epicteto, Anacreonte, Esopo (várias vezes reeditado), Horácio, Homero (Figueiredo, 1924:227-245; Menéndez y Pelayo, I, 1885:239-290; Rebelo, 1982:181-185).

Para além das obras traduzidas e publicadas destes autores, houve certamente uma assídua leitura e alguma exercitação tradutiva dos grandes escritores latinos, quer no âmbito do espaço escolar e da convivência humanista, quer por incumbência régia ou senhorial. Todavia, a maior parte desses textos perderam-se, ou jazem em fundos inexplorados de bibliotecas públicas e privadas. Não chegaram ao prelo porque não teriam qualidade literária, ou por inapetência dos circunstantes, como terá acontecido com a obra de André Falcão de Resende, que foi um esmerado tradutor de Horácio. As traduções deste humanista viriam a ser impressas, mas apenas parcialmente, só no séc. XIX (Ramalho, 1997: 205-215, 318-332).

Por outro lado, a memória literária portuguesa está repleta de intertextos de clássicos latinos e até de alguns gregos que foram imi-

tados, parafraseados, livremente recriados ou quase literalmente traduzidos. 3 sobretudo na tradi33o l3rica que esta intertextualidade humanista se manifesta. Emerge logo no *Cancioneiro geral*, como j3 referimos, com destaque para os nomes de Jo3o Rodrigues de Lucena e Jo3o Rodrigues de S3 de Meneses, que traduziram, em redondilha maior, algumas *Her3ides* de Ov3dio.

Todos os grandes autores l3ricos portugueses do s3c. XVI traduziram ou retextualizaram versos ou t3picos po3ticos dos cl3ssicos latinos.

S3 de Miranda cita com assiduidade os «l3ricos latinos» e na *3cloga VIII – Encantamento* retoma a lenda de «Amor e Psique» originalmente relatada por Apuleio no *Metamorphoseon*.

Ant3nio Ferreira reescreve ou cita em portugu3s versos de v3rios autores latinos e tamb3m gregos, mas 3 sobretudo o mais horaciano («o meu Hor3cio a quem obedeco») de todos os nossos cl3ssicos, parafraseia e quase traduz o Venusino na sua obra de modo copioso, especialmente nas *Odes* e nas *Cartas* (Pereira, 1972:37-82). A mais assinalada intertextualiza33o de Hor3cio vem na *Carta XII – A Diogo Bernardes*, e tem por objecto a famosa *Epistula ad Pisones*, mais geralmente conhecida por *Ars poetica*.

Cam3es, para al3m da boa li33o do Mantuano transmitida n' *Os Lus3adas*, e de muitas outras latinas evoca33es, «ir3 encontrar na leitura do *Amphitruo* de Plauto o enredo dos seus *Anfitri3es*, n3o hesitando em imitar livremente algumas falas das personagens» (Rebelo, 1982:182).

Diogo Bernardes, al3m da evoca33o da onom3stica mitol3gica e buc3lica dos autores latinos, intertextualiza frequentes versos de Ov3dio, Virg3lio e Hor3cio.

Da obra dos grandes autores das literaturas modernas, anotam-se apenas as tradu33es de um texto de Cervantes (1651) e do poema her3ico de Tasso *O Godofredo, ou Hierusalem libertada* (1682). Poder3o entretanto incluir-se no 3mbito da tradu33o liter3ria tamb3m as v3rias retextualiza33es po3ticas, compostas em portugu3s, por S3 de Miranda, Cam3es, e outros autores, a partir de originais espanh3is e italianos, nomeadamente de Petrarca. Houve certamente tradu33es das l3nguas modernas para portugu3s que n3o ultrapassaram o manuscrito, algumas ficaram esquecidas entre os textos do fundo dormente das bibliotecas; conhece-se pelo menos uma vers3o quinhentista, n3o publicada na 3poca, dos *Triunfi* (Manuppella, 1972:145-156; *idem*, 1974:1-4; Marnoto, 1997:331-385).

A actividade tradutiva portuguesa, neste período, foi ainda preenchida pelo contacto com as línguas dos países e regiões que os portugueses descobriram. Os portugueses foram os que primeiro se confrontaram com a babel linguística fora da Europa, e que tentaram a alfabetação e escolarização das línguas dos novos mundos, fazendo obras didácticas e dicionários, e vertendo para idiomas, até então desconhecidos – ameríndios, africanos e asiáticos –, textos bíblicos e catequéticos.

A identidade, o estatuto e a qualificação escolar e cultural dos tradutores é um aspecto que pode também ajudar a entender esta actividade em Portugal. Temos a este propósito um precioso índice na *Bibliotheca lusitana*, em que se nomeiam cerca de trezentos tradutores portugueses que floresceram até 1759 e que fizeram traduções do grego, do latim, do castelhano, do francês e de outras línguas (Machado, IV, 1965:604-610). Uma observação rápida desses nomes permite-nos formular algumas observações, tais como o predomínio da formação eclesiástica e religiosa. A maior parte dos tradutores portugueses, até ao séc. XVIII, dispunham de uma graduação académica e institucional muito elevada e, de um modo geral, beneficiavam de um estatuto próximo da autoria. A competência plurilingue era social e culturalmente mais prestigiada e dependia menos da validação económica. Em contrapartida, a conotação e o controlo ideológicos devem ter sido aspectos importantes no exercício da sua actividade.

A tradução nos sécs. XVII e XVIII

A tradução «em signo de espanhol»

Lembrando uma cantiga do *Cancioneiro geral* (1516) – em que o Conde do Vimioso, aludindo ao culto da língua e da literatura latinas a que se votava um seu amigo (como outros contemporâneos), observa que este nascera «em sino de latym» – pode dizer-se que durante o período do domínio filipino, e mesmo depois do triunfo da Restauração, os portugueses viveram «em signo de espanhol» no plano linguístico-literário. A literatura espanhola, então na sua fase áurea, foi apreciada deveras entre nós, e o espanhol, à semelhança do latim (em contextos de uso não totalmente coincidentes), língua de prestígio. Muitos dos poetas e prosadores portugueses, aspirando a

serem conhecidos e valorizados para al3m dos limites do espaço lusitano, trouxeram 3 luz os seus textos em castelhano (em alguns casos exclusivamente), como documenta e evidencia a extensa bibliografia de que se disp3e sobre esta tem3tica (por ex. Mart3nez-Almoyna y Lemos, 1968; V3squez Cuesta, 1988).

No per3odo em refer3ncia, autores como Calder3n de la Barca, Cervantes, G3ngora, Lope de Vega, Quevedo, eram lidos em Portugal na sua l3ngua, n3o raro em ediç3es preparadas nas tipografias do Reino (Ares Montes, 1952; Peixoto, 1961; Rodrigues, 1987:239-285; Viterbo, s. d.), tendo tardado a surgir, para a maior parte de escritores e obras, traduç3es impressas em l3ngua portuguesa, o que se prende com o facto de o castelhano ser acess3vel (como j3 se referiu atr3s), e n3o apenas aos homens de letras. No desenvolvimento de gostos e h3bitos que vinham dos finais do s3c. XV, pelos meados do s3c. XVII esteve em moda entoar romances e outras formas po3ticas espanholas, segundo testemunha *O fidalgo aprendiz* de D. Francisco Manuel de Melo (1.ª ed. 1665), e a populaç3o acorria a assistir, nos p3tios de Lisboa e outros lugares, 3 representaç3o de peç3as de teatro espanhol, por companhias madrilenas e sevillhanas, na pr3pria l3ngua (o interesse pelo teatro espanhol, ali3s, manteve-se no s3culo seguinte, como notaremos adiante).

Um caso bem expressivo de traduç3o tardia para portugu3s verifica-se com o c3lebre *D. Quijote de la Mancha*, de Cervantes. Estampado em 1605, ou talvez em 1604, a primeira ediç3o desta obra, em l3ngua portuguesa, s3 veio a p3blico nos finais do s3c. XVIII, em 1794, tendo depois aparecido pelo menos cinco ediç3es no s3c. XIX (sendo a 2.ª ediç3o de 1853), e quinze at3 meados do s3c. XX (Peixoto, 1961).

Ali3s, da vasta produç3o textual em castelhano, proveniente de poetas e prosadores lusos, apenas uma pequena parte ter3 vindo 3 luz na l3ngua de Ant3nio Ferreira, e quase sempre j3 em tempos recentes (Os3rio, 1942). Assim sucedeu com a consagrada novela pastoril *Diana*, de Jorge de Montemor, cuja primeira impress3o em espanhol datar3 de 1559, e que, tendo merecido cedo traduç3es em franc3s e outras l3guas (Anacleto, 1994; *idem*, 2000), somente saiu dos prelos em portugu3s em 1924, em adaptaç3o – «transposiç3o espiritual», segundo o Poeta – de Afonso Lopes Vieira. *A Arte de galanteria*, do Mestre de cortes3os que foi D. Francisco de Portugal, impressa postumamente em 1670, n3o foi publicada em portugu3s sen3o em 1943, e *a 3sia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, de 1666-1675 – um dos numerosos escritos que o erudito pol3grafo comp3s em espanhol –

só logrou aparecer traduzida em 1945-1947. Permanecem em castelhano, entre muitas outras que poderiam ser mencionadas, várias obras elaboradas por D. Francisco Manuel de Melo, de quem se publicou *D. Teodósio II*, em 1944, em tradução de Augusto Casimiro.

No quadro de apagamento da língua portuguesa perante a língua castelhana, que a assinalada escassez e dilação de traduções configura, é de notar ainda que alguns autores portugueses, ao procederem à tradução de autores latinos, deram preferência ao idioma de Cervantes. Tal aconteceu, por exemplo, com João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) e Manuel Soeiro, que publicaram em castelhano, o primeiro, obras de Eutrópio, o segundo, obras de Tácito, Salústio e Patérculo.

A tradução de literatura de religião e moral, e de fábulas

Do vasto acervo textual impresso em Portugal nos sécs. XVI e XVII, que, genericamente, se poderá designar de literatura de religião e moral – e.g. catecismos, livros de exercícios espirituais, manuais orientadores de práticas litúrgicas e sacramentais, textos sobre a vida e morte de Cristo, textos de carácter hagiográfico, regras de ordens monásticas – parte significativa é, naturalmente, em latim, pois que, como antes se observou, esta era então língua de uso na liturgia e também nos discursos científico, pedagógico e legislativo. A respeito da manutenção do latim nas práticas no séc. XVII, é interessante o testemunho facultado por um sermão do Padre António Vieira, segundo o qual senhoras portuguesas (e terá tido como objecto de observação imediata as que viviam no Brasil) preferiam recitar o Breviário nessa língua (apesar de não a conhecerem suficientemente), a rezar o Rosário em português (Belchior, 1995).

Entre as obras do âmbito religioso e moral que se imprimiram em português nesse espaço de tempo, não poucas resultam de trabalho de tradução, realizado quer directamente sobre textos latinos, quer sobre textos em espanhol e outras línguas, de que não raros já haviam sido transpostos da língua de Roma. A actividade tradutiva para português recebeu então forte impulso mobilizador dessa ordem de textos.

Entre as obras traduzidas do latim, salienta-se a *Imitação de Cristo*, atribuída a Tomás de Kempis, que obteve extraordinária difusão em Portugal, como por toda a partê. A primeira versão conhecida em português é a de Frei João Álvares, secretário do desditoso Infante

D. Fernando, na segunda metade do séc. XV, a qual foi objecto de várias edições modernas, em 1943, 1959, 1962 e 1942; outras versões deste tratado, devidas a diversos tradutores, foram editadas e reeditadas no séc. XVII, nomeadamente em 1670, 1673, 1679 e, posteriormente, pelo menos mais de quarenta vezes, ao longo dos sécs. XVIII, XIX e XX (Cepeda, 1964; cf. também Rodrigues, I, 1992:70, 78, 80, 99, 103, 104, 105, 118 *et passim*).

As obras de literatura religiosa que decorrem de tradução de autores espanhóis avultam entre as que se publicaram então em língua portuguesa. Nos séculos em que viveram e foram canonizados São Francisco Xavier, Santo Inácio de Loiola e Santa Teresa de Ávila, o empenho que se manifestava em Portugal na defesa da ortodoxia doutrinária, na evangelização de territórios de além-mar, na reforma diocesana, monástica e escolar, foi corroborado pelo país vizinho com contributos diversos. Um dos mais impressionantes terá sido o pábulo que os seus doutrinadores, místicos e teólogos ofereceram à leitura, para formação e meditação (Pires, 1980). O percurso existencial e o legado textual de personalidades como Frei Luís de Sousa, Frei António das Chagas, Padre Manuel Bernardes não foram alheios ao contacto com traduções portuguesas de obras da literatura espiritualista espanhola. A título ilustrativo mencionamos o caso do Padre Manuel Bernardes, em relação a quem se pode deduzir, em especial com o apoio de estudo da autoria de Maria Lucília Gonçalves Pires, a possibilidade de conhecimento dos seguintes tratados traduzidos (sem embargo de os ter lido na língua original): *Meditações dos mistérios de nossa santa fé, com a prática da oração mental sobre elas*, de Luís de la Puente, de 1686-1687; *Manual de exercícios espirituais*, de Tomás de Villacastín (estão referenciadas cinco edições seiscentistas em português – de 1672, 1673, 1675, 1677, 1698 – das quais as quatro primeiras são anteriores à elaboração dos *Exercícios espirituais* pelo oratoriano português); *Suma espiritual*, de Gaspar de la Figuera, de 1686 (Pires, 1980:67-68, 72, 77 *et passim*; cf. também Pontes, 1953:273-274).

Nessa literatura de proveniência espanhola, um grosso filão é constituído por traduções de textos hagiográficos, como os que celebram figuras da hagiologia antiga, por exemplo, as traduções das obras de Pedro de Ribadeneira, *Histórias das vidas de Santa Maria Egipcíaca, Santa Taís e Santa Teodora penitentes*, de 1673, e *Flos sanctorum, história das vidas e obras insignes dos santos*, de 1674 (esta em versão de João Franco Barreto). Outras traduções divulgaram a biografia de figu-

ras canonizadas em 1622, como as seguintes: Tomás de Villacastín, *Compêndio da vida, virtudes e milagres do Beato Padre Francisco Xavier*, de 1620; Juan Eusebio Nieremberg, *Epítome da vida de S. Filipe Néri*, de 1667 (Rodrigues, I, 1992:66, 68, 77, 80, 81 *et passim*).

Instrumento formativo importante, na história da cultura e da pedagogia ocidentais, são também as fábulas. No prolongamento de um veio textual emergente desde a Idade Média, nomeadamente através do *Livro de Esopo*, por várias vezes foram publicadas em português edições de fábulas tradicionalmente atribuídas a Esopo. Só para o séc. XVII, e depois para o século seguinte, estão referenciadas mais de uma dezena, a maior parte apresentadas com o título *Vida e fábulas de Esopo* (Rodrigues, I, 1992:63, 64, 67, 72, 79, 80, 82, 164, 196, 206). Lidas e ouvidas ao longo de várias gerações, as narrativas que têm corrido sob o nome do fabulista grego foram utilizadas como meio privilegiado de transmissão de valores morais e éticos, ocupando um lugar não despidendo na memória colectiva do povo português, a par das fábulas de Fedro e La Fontaine, que também obtiveram grande divulgação, em especial as do autor francês, sobretudo no séc. XIX (Castro, 1969; Coelho, 1969b).

Explosão e valorização da actividade tradutiva

No séc. XVIII, especialmente na segunda metade, assistiu-se em Portugal a um enorme desenvolvimento da actividade tradutiva, que se prolongou pelos séculos seguintes, dando azo a que José Agostinho de Macedo comentasse em *Os burros* (1.^a ed. 1827) que a «febre de traduzir» se tinha apoderado de muitos portugueses. Numerosas figuras proeminentes das letras, da ciência e da política dedicaram-se à tradução, que foi incentivada e valorizada, sob diversas perspectivas (veja-se ainda *infra* o que se dirá a propósito da condição dos tradutores). De tal modo se intensificou essa dinâmica, que as actividades tipográfica e livreira decorreram em grande parte na dependência da estam-pagem e comercialização de traduções.

Em Oitocentos, o interesse dos tradutores portugueses foi cativado em elevado grau pelo espaço linguístico e cultural francês, e também, em determinadas áreas, pelo italiano, e ainda, em menor escala, pelo inglês e alemão. Além disso, manifestou-se um empenho renovado em verter para português autores gregos e latinos (como referiremos mais tarde).

O extenso número de traduções de textos franceses publicadas ao longo do séc. XVIII (e seguintes) reflecte expressivamente o domínio cultural de França a que Portugal se submeteu, após o domínio cultural espanhol. As traduções foram então uma via importante de abertura a novos horizontes, em que se fazia sentir fortemente a marca de autores e pensadores franceses. A este respeito deve notar-se o papel determinante exercido por gazetas e jornais, que traduziram todo o tipo de textos (literários e outros), antecipando-se a outros meios na divulgação de doutrinas e tendências artísticas. Assim aconteceu, *e.g.*, com o jornal *O Anónimo* (1752-1754), redigido por Bento Morganti, e a *Gazeta Literária* (1761-1762), publicada pelo Cónego Francisco Bernardo de Lima. O primeiro incorporou, em versão portuguesa, capítulos dos *Caractères* de La Bruyère. Ambos os periódicos difundiram ideais dos enciclopedistas e filósofos franceses (Piwnik, 1979:40-181). Aliás, o fascínio por tudo quanto era de origem francesa repercutiu-se nos costumes e no próprio idioma nacional, conforme manifestam notícias e críticas do tempo, como as seguintes, que nos chegaram pela pena satírica de Cruz e Silva, em *O hissope* (1.^a ed. 1802; cit. ed. de 1950 de J. Pereira Tavares, p. 55):

(...)

Ao pé de cada esquina hoje sem pejo
Se tratão de Monsiur os Portuguezes;
Isto, senhor he mòda; e, como he mòda
A quizemos seguir; e sobre tudo
Mostrar ao Mundo que Francez sabemos.

(...)

O saber Francez he saber tudo:
He pasmo ver, senhor, como hum pascasio,
De Francez com dous dedòs, se abalança
Perante os homens doutos e sisudos
A fallar nas sciencias mais profundas!

(...)

Quem mais sente as terriveis consequencias
He nossa portuguez casta lingoagem,
Que em tantas traducçoens corre enlodada
(Traducçoens que merecem ser queimadas)
Em mil termos e frases galicanas.

Teatro italiano e francês em língua portuguesa

No séc. XVIII, entre as traduções de língua francesa para língua portuguesa evidenciam-se, pelo seu elevado número, as de obras de teatro, principalmente de Molière.

Estudos vários têm destacado que em 1737, em Lisboa, foi representada uma versão em português da comédia *George Dandin ou Le mari confondu*, preparada por Alexandre de Gusmão, por certo alguns anos antes, a qual, no entanto, só foi impressa muito mais tarde, em 1841, com o título *O marido confundido*. Tal tradução indicia o interesse nascente pelo teatro francês em Portugal, que se afirmará claramente na segunda metade de Setecentos. Na primeira metade, por um lado – em continuação do que se verificara ao longo do séc. XVII – o teatro espanhol manteve-se na cena portuguesa, e por outro lado, os melodramas italianos, e depois a ópera, conquistaram o público, antes de mais na sociedade aristocrática lisboeta, tendo-se realizado numerosas representações e traduções de autores como Apostolo Zeno, Goldoni e Metastasio. Deste último, a obra *Alessandro nelle Indie* – que, segundo José da Costa Miranda «(...) a bem dizer, acompanha todo o percurso da presença metastasiana em Portugal, no séc. XVIII (...)» – foi cedo vertida para português; apareceu em uma edição bilingue em 1736, e foi depois por várias vezes posta em cena e publicada, especialmente entre os anos 50-80 (Castro, 1974; Frèches, 1965; Miranda, 1972-1975a, designadamente p. 166, de onde citámos; *idem*, 1972-1975b; *idem*, 1973a; *idem*, 1980-1981; *idem*, 1987; Pimpão, 1972; Rossi, 1947).

Depois dos meados do séc. XVIII, entre os autores franceses de teatro, além de Molière, traduziu-se não raro Racine (Lima, 1940; Anacleto, 2002), Voltaire, e ainda Corneille, Quinault, Régnard, e também outros escritores de menor nomeada, como Arnaud, Crébillon, Destouches, Houdard de la Motte. De Voltaire foram publicadas, além da comédia *Le café ou L'écossaise* (*A loja do café ou A escocesa*), logo em 1762, e mais de quinze das suas tragédias, a partir da década de oitenta (*Voltaire et la culture portugaise*, 1969:88-98). De Molière foram representadas e traduzidas diversas comédias, sobretudo nos fins das décadas de sessenta e princípios de setenta: em 1768, *Le Tartuffe* (*Tartufo ou O hipócrita*); em 1769, *Le bourgeois gentilhomme* (*O peão fidalgo*); *L'amour médecin* (*O amor médico*), *Le mariage forcé* (*Esganarelo ou O casamento por força*); em 1771, *Les précieuses*

ses ridicules (*As preciosas ridículas*), *Sgnarelle ou Le cocu imaginaire* (*Os amantes zelosos*), e *Le sicilien ou L'amour peintre* (*O amor pintor*). Posteriormente, até ao fim do século, foram ainda estampadas outras traduções, por exemplo, em 1778, de *Les fourberies de Scapin* (*As astúcias de Escapim*), em 1785, de *Dom Juan* (*O convidado de pedra ou D. João Tenório, o Dissoluto*), e em 1787, *L'avare* (*O avaro*). Em vários casos, as peças obtiveram mais de uma versão para português, como sucedeu com *Le bourgeois gentilhomme*; a acima referida – *O peão fidalgo* – considerada por António Coimbra Martins «(...) la plus fidèle, la plus scrupuleuse et certainement la meilleure traduction de Molière, que l'on ait faite au XVIII^e siècle» (Martins, 1983:199), deve-se a Manuel de Sousa, que traduziu outras obras do mesmo dramaturgo (Faria, 1950; Martins, 1969; *idem*, 1982; cf. também: Miranda, 1973b; *idem*, 1983; Rebello, 1973 e 1984).

Em traduções de Molière publicadas quando governava Sebastião de Carvalho e Melo, observam-se intervenções, designadamente na caracterização de personagens, por vezes profundamente adulteradas do texto original, que denotam convergência deliberada com a ideologia política, religiosa e cultural do poderoso ministro do rei D. José, em particular no que concerne a exprobração dos Jesuítas (Faria, 1950:68-69; Martins, 1982; *idem*, 1983; Miranda, 1983). Por instrumentalização do teatro, por intenção de adequação das obras do dramaturgo francês ao público português e seu gosto, as peças resultantes mostram-se por vezes muito distanciadas de Molière – aspecto que tem merecido especial atenção por parte dos críticos no que concerne as versões setecentistas de Manuel de Figueiredo, e depois as versões oitocentistas de António Feliciano de Castilho. Aliás, Figueiredo, à semelhança de Castilho (veja-se *infra*), merece referência destacada pela quantidade significativa de textos traduzidos e adaptados, não só de Molière, mas também de outros autores franceses, do inglês Addison e de Eurípedes (Barata, 1993; Borralho, 1995; Figueiredo, 1918; Martocq, 1987; Pereira, 1988:149-170; Rebello, 1973).

As numerosas representações, traduções e adaptações em língua portuguesa, do teatro francês, e também italiano, realizadas no decurso do séc. XVIII, interferiram fortemente no sistema teatral português. Muito em especial Molière deixou uma marca indelével na nossa dramaturgia – desde esse tempo até aos nossos dias – e até na sociedade portuguesa. As suas peças inspiraram e estimularam a criatividade de muitos autores portugueses, em cujas obras se encontram semelhanças

e coincidências evidentes nos enredos e acções, nas personagens, e até nos nomes de figuras e títulos de peças. Por exemplo, foram publicadas várias comédias de cujo título consta «Astúcias de», ou «Indústrias de» – por sugestão das *Fourberies de Scapin*. José da Costa Miranda, em um dos estudos que dedicou à recepção de Molière em Portugal, depois de fazer referência às versões do dramaturgo francês elaboradas por Castilho, que contribuíram para a sua difusão, comentou:

O séc. XIX português foi-se impregnando de palpável intimidade com Molière. Modelo para a literatura dramática. Crítico singularíssimo de actos, fraquezas e paixões. Entre o risonho e o sério; entre a meditação, o paradoxo, o bom senso. Criador de personagens que passavam a modelos de comportamento humano. Que dos palcos saltavam para a vida real e se volviam em nomes paradigmáticos. (Miranda, 1983: especialmente 182; cf. também: Faria, 1950; Martins, 1969; Miranda, 1973b; *idem*, 1983; Rebelo, 1973 e 1984)

A divulgação dos Antigos em tempo de renovação literária e reformas pedagógicas

Da centúria de Seiscentos, em que o contacto com as línguas e as letras clássicas se mantinha na formação escolar e nas leituras dos homens cultos, não nos chegaram em letra de forma manifestações abundantes do interesse pela versão para idioma lusitano do legado greco-latino. Deixando de lado obras que integram matéria clássica como a *Ulisseia, ou Lisboa edificada*, de Gabriel Pereira de Castro, estampada em 1636, além de edições de versões de fábulas de Esopo (a que já fizemos referência), haverá a relevar a publicação da tradução de *As Éclogas e Geórgicas de Vergílio*, por Leonel da Costa, em 1624, a *Eneida portuguesa*, por João Franco Barreto, publicada em 1664-1670, e o aparecimento de traduções palavra a palavra de composições de Horácio, destinadas em particular ao trânsito escolar, como *Entendimento literal e construção portuguesa de todas as obras de Horácio*, de que estão referenciadas várias edições – e. g. 1639, 1657 e 1668. Em estudos e catálogos que elencam as traduções para português impressas no séc. XVII, as menções de autores gregos e latinos são escassas entre as de numerosos autores espanhóis (Menéndez y Pelayo, 1885:I; Rebelo, 1982:181-185; Rodrigues, I, 1992:67, 69, 70, 77, 82).

No decurso do séc. XVIII tal situação vai alterar-se notoriamente. Horácio, Vergílio e vários outros autores da antiguidade clássica foram

objecto de copiosas e diversificadas traduções. O interesse pela transposição para português da herança textual antiga recebeu forte impulso após os meados da centúria, quando em Lisboa foi fundada a Arcádia Lusitana (1756), que pugnou pela criação literária à luz dos modelos e preceitos de autores gregos e latinos, renascentistas e modernos que os imitaram. É de lembrar também que, com Sebastião de Carvalho e Melo, tiveram lugar reformas de estudos que lançaram um olhar renovado, muito selectivo, sobre os Antigos (Costa, 1979).

À tarefa de traduzir os clássicos entregaram-se poetas e outras personalidades que pertenceram à Arcádia Lusitana, ou que de algum modo coincidiram com ideais estéticos perfilhados pelos membros desta Academia. Em estudo sobre a presença do legado clássico em Bocage, Maria Helena da Rocha Pereira, ao ocupar-se «das versões de clássicos latinos, trabalho a que Bocage dedicou especial atenção, e que estava em moda entre os melhores vates da época», passou em revista tradutores e textos traduzidos (sem referir as versões de Horácio que, segundo observa, «de um modo geral, todos eles traduzem ou imitam»), registando:

(...) Cruz e Silva verte algumas composições de Marcial e de Ausónio; a Marquesa de Alorna imita o *Passer, deliciae meae puellae* de Catulo e a *IV Bucólica* de Virgílio, traduz um epigrama de Marcial (...) e o *Roubo de Prosérpina* de Claudiano; Filinto Elísio passa a vernáculo parte do canto IX da *Eneida*, um trecho do livro IX das *Metamorfoses* e uma elegia de Ovídio, o começo da *Farsália* de Lucano e da *Medeia* de Séneca, epigramas de Marcial (...) e *A Segunda Guerra Púnica* de Sílio Itálico. (Idem, 1972:153-154)

A mesma Professora expôs ainda indicações precisas sobre as traduções de latinos feitas por José Anastácio da Cunha, José Agostinho de Macedo, Elpino Duriense (António Ribeiro dos Santos) e Almeno (Frei José do Coração de Jesus), nomeadamente de composições de Catulo, Estácio, Lucrecio, Ovídio, Virgílio, entre outros. Como também foi notado por Maria Helena da Rocha Pereira, Bocage, que traduziu Lucano e Ovídio – além de Horácio – elaborou em verso excelentes versões de vários passos das *Metamorfoses* (Idem, 1972:129-172; cf. também 173-202). Esta Professora, em estudo sobre a repercussão do Venusino em odes de Correia Garção (e Ricardo Reis), depois de ter comentado que «a adaptação» a que procede o poeta arcádico «toca por vezes na tradução literal», concluiu que «é, perante Horácio, um intérprete fiel, um tradutor difícil de imitar, que chega a ser (...) demasiado perfeito.» (Pereira, 1972:83-

-108, cit. de 86 e 107). Francisco José Freire (Cândido Lusitano), segundo escreveu Aníbal Pinto de Castro, além de ter traduzido a *Athalie* de Racine, deixou «manuscritas numerosas versões comentadas de Sófocles, Eurípides, Séneca e Maffei, as *Metamorfoses* e os *Tristia* de Ovídio, as *Sátiras* e as *Epístolas* de Horácio (...)» (Castro, 1997:698). Outros casos de traduções de poetas gregos encontram-se na obra da Marquesa de Alorna, que verteu Homero e Safo.

Textos de carácter preceptivo dos Antigos mereceram então diversas traduções. Deve notar-se que o conhecimento da doutrina de algumas antigas preceptivas (bem como de modernas que lhes são devedoras) foi favorecido pela *Art poétique* de Boileau (1674), que teve grande influência na formação de novos gostos estéticos, contrários a exageros e artificialismos a que tantos autores seiscentistas se tinham votado. A primeira versão em português desta obra, valorizadora da Arte, da Razão e da Verdade, deve-se ao quarto Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, que a concluiu por volta de 1697, tendo sido divulgada através de cópias manuscritas, antes de ser publicada em 1793, no *Almanaque das Musas* (Monteiro, 1962: 213-224).

Entre os textos doutrinários então vertidos para português, conta-se o *Tratado do sublime*, do Pseudo-Longino, tendo sido publicadas traduções de Custódio José de Oliveira, em 1771, e mais tarde, em 1819, a de Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elísio), havendo também notícia de outra, de António Ribeiro dos Santos, que não terá sido impressa (Buescu, 1982, 1983 e 1984). A *Poética* de Aristóteles apareceu em versão portuguesa em 1779, sem nome de tradutor; tem sido atribuída ao já acima mencionado António Ribeiro dos Santos e a Ricardo Raimundo Nogueira (Silva, 1973:I, 250; *idem*:VII, 162-163; Pereira, 1972:191). Alvo de diversas traduções em Setecentos foi a *Epistula ad Pisones*, de Horácio, evidenciando-se a importância que lhe foi então conferida no que concerne a doutrinação sobre a criação poética. Além de traduções palavra a palavra, ou «entendimentos literais», e de outras, algumas das quais ficaram manuscritas, apareceram no séc. XVIII algumas versões sob o título de *Arte poética*, ou *Poética*, preparadas por conhecidos eruditos, que deixaram obra metapoética e/ou metalinguística própria, e. g., as de Francisco José Freire, de 1758, várias vezes reeditada (note-se a sua *Arte poética*, em que se limita a traduzir Muratori em muitos lugares; cf. Pimpão, 1947), a de Miguel do Couto Guerreiro, de 1772, a de Pedro José da Fonseca, de

1790, a de Jerónimo Soares Barbosa, de 1791 (também reeditada), merecendo-nos ainda referência a que foi preparada pela Marquesa de Alorna, publicada pela primeira vez em 1812 (Menéndez y Pelayo, 1885:247-263). Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa elaboraram também versões das *Institutiones oratoriae*, de Quintiliano, editadas em 1782 e 1788-1790, que indiciam o ascendente que o teorizador latino ganhou no domínio da Retórica (Castro, 1974a e 1974b). As traduções referidas e outras, não só pela apresentação em vernáculo dos textos, mas também pelas introduções, pelos comentários e notas explicativas substanciais e abundantes que oferecem, tiveram um papel importante na divulgação e recepção das obras, tanto mais que o grego e o latim foram ficando cada vez mais fora do alcance geral, não obstante as práticas pedagógicas realizadas em seu favor, que já a legislação subscrita por Sebastião de Carvalho e Melo recomendava.

Traduções de filósofos e enciclopedistas

À medida que o séc. XVIII avançava, designadamente por parte de indivíduos ilustrados que tinham vivido no estrangeiro e contactado com perspectivas novas que se faziam sentir nos campos filosófico, científico, artístico, e que estavam convictos de que o progresso da Nação passava pela abertura a novos horizontes do pensamento e da acção, houve o propósito de divulgar em português obras de filósofos e homens da ciência, como os ingleses Bacon, Locke, Newton, e os franceses Descartes, Voltaire, Diderot, Rousseau. Todavia, tal projecto não alcançou senão uma concretização muito limitada em Setecentos. Sabe-se, por exemplo, que o médico Jacob de Castro Sarmiento preparou a tradução do *Novum organon* de Bacon, mas a impressão da sua versão não foi concluída. Segundo a informação disponível, poder-se-á afirmar que o acesso às teorias desses homens de ciência e doutrina ocorreu em grande parte indirectamente, muito devendo a citações e referências de autores portugueses e estrangeiros, embora haja notícia de obras, na versão original, em bibliotecas portuguesas da época (Machado, 2000:179-210). A entrada e a leitura em Portugal de escritos de teor filosófico e político dos autores franceses acima nomeados foram dificultadas ou mesmo proibidas durante largo tempo, sendo em geral objecto de publicação em português muito tardiamente. De Rousseau não se publicou

nenhuma tradução no séc. XVIII, e na centúria seguinte não terão vindo à luz meia dúzia de traduções, sendo necessário chegar ao séc. XX para se poder falar de «um surto tradutor» da sua obra (Outeirinho, 1994; *idem*, 1995, cit. de 405; Machado, 2000: 271-332). Casos expressivos são os do *Discours de la méthode* (de 1637) e do *Traité des passions* (de 1649), de Descartes, que somente fizeram jus a tradução impressa no séc. XX, em 1937, por Newton de Macedo (*Discurso do método e Tratado das paixões*). De Voltaire, para além de traduções de várias obras de teatro, de épica e de história, só no séc. XIX apareceram em letra de forma traduções portuguesas de romances e contos filosóficos, como *Zadig, ou O Destino*, em 1815, e *Cândido, ou O optimismo, ou O filósofo enforcado em Lisboa pelos inquisidores (...)*, em 1835-1836? (*Voltaire et la culture portugaise*, 1969:98-103).

Em contrapartida, o pedagogo francês Fénelon, que precedeu um século a *Encyclopédie française*, foi generosamente traduzido desde os meados do séc. XVIII (embora tenha havido alguma dilação relativamente à data de publicação das suas obras). Cerca de vinte e cinco traduções e adaptações de sete títulos, entre edições e reedições, permitem encontrar o rastro de preocupações literárias, moralistas, civilistas ou apologéticas deste autor no pensamento e sentimento portugueses setecentista e oitocentista (Cristóvão, 1983:135-150). Entre as obras vertidas para português, destaca-se *Les aventures de Télémaque*, de que foram publicadas, no séc. XVIII, pelo menos sete traduções, e no seguinte dez, em diferentes modalidades (traduções simples, políglotas, em verso, adaptações para jovens, etc.); Manuel de Sousa e Francisco Manuel do Nascimento contam-se entre os seus tradutores. *As aventuras de Telémaco* foram consideradas um excelente instrumento pedagógico, por motivos vários, sintetizados na seguinte opinião, formulada por um crítico (F. L. Leal), em 1877: «Até o presente se não tem escrito obra alguma moral que mais ilumine o entendimento, mova a vontade e onde os mancebos bebam com maior suavidade e contentamento os sabidos preceitos de uma pura e sã moral» (*apud* Cristóvão, 1983:139). Através desta e de outras obras traduzidas, em que promovia a reflexão sobre as práticas políticas e a origem do poder, Fénelon teve a sua quota parte na formação de mentalidades e de uma opinião pública que, em Portugal, tornaram possível, na opinião de Fernando Alves Cristóvão, o «triunfo das ideias liberais em política e economia e o advento da Constituição de 1822» (Cristóvão, 1983:145).

A tradu33o no s3c. XIX

Confrontos ideol3gicos e descoberta do mundo n3rdico

Temos vindo a acompanhar o movimento de tradu33es desde os alvares da nacionalidade e pudemos registar tr3s picos de actividade tradutiva, em parte acompanhados de reflex3o te3rica sobre ela: um, no reinado de D. Dinis (s3cs. XIII-XIV), primordialmente tribut3rio de originais em latim; outro, no momento de afirma33o da 2.^a dinastia portuguesa (s3c. XV), marcado tamb3m pela supremacia das fontes de cultura latinas, mas indiciando um alargamento de horizontes em virtude de contactos com casas reais de Inglaterra e de Fran3a; um terceiro, no s3c. XVIII, que por um lado corresponde a um novo surto de interesse pelo legado cl3ssico, mas que tem tamb3m a ver com a dom3ncia e a irradia33o universal da cultura francesa de ent3o.

Como pudemos ir observando, os impulsos no sentido de incrementar ou, pelo contr3rio, de abrandar a actividade de tradu33o – *e. g.*, no s3c. XVII, em fun33o da liga33o pol3tica a Espanha e da 3tima conviv3ncia com o castelhano – estiveram sempre associados a momentos marcantes da realidade sociopol3tica e da evolu33o do pensamento. Outra coisa n3o sucede no s3c. XIX, fundamentalmente atravessado, do ponto de vista ideol3gico e pol3tico, pela confronta33o entre ideias tradicionalistas e absolutistas, por um lado, e ideias liberais e constitucionalistas, por outro. A oposi33o ao antigo regime levou ao ex3lio, sobretudo em Inglaterra e Fran3a, numerosos intelectuais de credo liberal, que assim conviveram na origem com o movimento rom3ntico europeu. Sob este aspecto 3 sintom3tico, *e. g.*, o facto de a primeira tradu33o portuguesa de Byron (1812) – o conjunto de estrofes de *Childe Harold's Pilgrimage* que apresentam a viagem do protagonista por Portugal – ter vindo a lume anonimamente em *O Investigador Portugu3s em Inglaterra* (1811-1819), um dos peri3dicos publicados em Londres pela primeira gera33o de emigrantes liberais (Flor, 1995:178-179), em cujas p3ginas se acolhem tamb3m vers3es de Walter Scott (Cidade, 1984:II, 383).

3 interessante verificar como algumas figuras de proa do Romantismo portugu3s, sem uma forma33o especificamente orientada para as culturas anglo-germ3nicas, devido aos condicionalismos do ex3lio vieram de algum modo a romper a quase exclusiva depend3ncia cultural de Fran3a, chegando a traduzir eles mesmos originais

ingleses e alemães. Ainda que o número dessas traduções seja reduzido, elas detêm no entanto um alto valor sinalizador. São paradigmáticos a este respeito os casos dos românticos Alexandre Herculano (1810-1877), temporariamente exilado em Inglaterra, onde foi confrontado em especial com o medievalismo de Walter Scott e o satanismo e a melancolia de Byron, que veio a traduzir para a nossa língua baladas de origem alemã (G. A. Bürger, «Lenore», 1834, «Der wilde Jäger», 1839; Fr. Schiller, «Ritter Toggenburg», 1834) e inglesa (M. G. Lewis, «Alonso and Imogen», 1835), bem como um fragmento do *Messias* de Klopstock (1845), e Almeida Garrett (1799-1854), com períodos de emigração em Inglaterra e França, e mais tarde uma estada diplomática em Bruxelas que lhe proporciona o contacto directo com a literatura alemã. Neste contexto assinalem-se, para além de uma recepção de tipo produtivo, e. g. do drama de Schiller *Die Räuber*, aliás já do tempo da juventude (Delille/Mingocho, 1980:91-94), ou do *Faust* de Goethe (Delille, 1984a:93-94), traduções de uma fábula e de excertos de Lessing, bem como uma versão parcial da «Zueignung» do *Faust* (Carreira, 1944:15, 12), integrada no texto das *Viagens na minha terra* (1843-; 1846). A atracção pela sensibilidade nórdica, de sinal romântico, terá porventura lançado sementes mais fundas do que a investigação académica até agora tem revelado.

Além dos dois expoentes românticos já referidos, Herculano e Garrett, outros destacados autores portugueses do século foram tradutores, ainda que esporádicos, de literatura alemã. É o caso do mentor da Geração de 70, Antero de Quental (1842-1891), que terá traduzido directamente do alemão grande parte do *Faust*, empreendimento de que chegaram até nós apenas três excertos, entre eles «Der König in Thule», por sinal o poema goethiano com maior número de versões portuguesas – o germanista e tradutor Paulo Quintela, reportando-se a Portugal e ao Brasil, registava, em 1958, trinta e uma (Quintela, 1958:427-428, 435) –, ou do introdutor do Simbolismo em Portugal, Eugénio de Castro (1869-1944), que, já em inícios do séc. XX, nos apresenta um núcleo de traduções de *Poesias* de Goethe (1909). Goethe e Schiller, que entre nós foram essencialmente entendidos como autores românticos, são dos escritores alemães mais traduzidos no séc. XIX. O *Fausto* foi «uma das leituras predilectas de alguns escritores da segunda geração romântica e da geração de Antero», tendo a Primeira Parte da obra conhecido entre 1867 e 1873, possivelmente em articulação com o grande êxito da ópera *Fausto* de

Gounod, estreada em Lisboa em 1865, seis traduções, sendo duas da totalidade do texto e quatro de fragmentos (Delille, 1984a:91, 96-97; Barrento, 1991:101-103). Entre estas está a versão integral realizada pelo diplomata Agostinho d'Ornellas (1867), que viria a completá-la com a tradução integral da Segunda Parte (1873), produzindo uma das grandes traduções literárias do séc. XIX. Esta versão monumental, na época quase despercebida, foi devidamente valorizada por Paulo Quintela, que a reeditou e actualizou em 1953 (com reedições em 1958 e 1987), tendo permanecido a única completa até 1999, data em que o germanista João Barrento leva a termo a tarefa imensa de nova tradução (Primeira Parte, 1993; versão integral, 1999). Outra versão famosa da Primeira Parte da obra (1872), nem tanto pelos valores estéticos como pela polémica que desencadeou, foi a de António Feliciano de Castilho (1800-1875), proficiente tradutor de formação clássica que não conhecia o alemão, mas nos legou uma importante obra de prático e de teórico da tradução, a aguardar estudo de fundo. Muito lido e traduzido, embora com uma ressonância menos espectacular e violenta do que noutros países, foi também o romance *Die Leiden des jungen Werther*, com cerca de dez versões até à data, a primeira das quais de 1821 (Beau, 1964:108-111; Quintela, 1958:432; Barrento, 1991:99ss). Poderiam ainda referir-se duas versões do idílio *Hermann und Dorothea* (1856 e 1889), para além da tradução de alguma lírica. De Schiller foi, curiosamente, traduzido o fragmento de romance *Der Geisterseher* (*O visionário*, 1852), alguma poesia lírica, mas sobretudo baladas, inseridas em colectâneas poéticas ou em revistas, e muito especialmente a obra teatral, destacando-se os dramas *Die Räuber*, *Maria Stuart* e *Kabale und Liebe*. Do primeiro destes dramas existem duas versões, uma, manuscrita, de 1835, outra, representada em 1811 e 1815, publicada em 1836, havendo notícia ou registo bibliográfico de outras três, para além de traduções parciais de um trecho lírico e de uma cena isolada (Delille/Mingocho, 1980:11-15). Para *Maria Stuart* estão registadas representações em 1854 e 1862 com base em manuscrito ainda inédito (Mingocho, 1996). *Kabale und Liebe* conheceu a sua primeira versão portuguesa em 1802 (Delille, 1996).

A investigação mais recente mostrou também como Heine foi, depois de Goethe, «o escritor alemão mais lido, mais apreciado e mais frequentemente traduzido na segunda metade do séc. XIX», datando de 1844 a primeira tradução de um poema heiniano (Delille, 1977:1-2). Conhecido em grande parte por intermédio de versões francesas, foi

uma figura que decisivamente influiu na renovação e reorientação do gosto literário e que, marcando grandes poetas e romancistas portugueses, como Antero, Eça de Queirós, Camilo (que traduziu *Le livre de Lazare* em 1871), contribuiu para a actualização e o enriquecimento do tecido literário português (Delille, 1984b). Poderiam citar-se ainda, entre muitos outros, os nomes de Gessner, Wieland, Klopstock, Lessing, E. T. A. Hoffmann, Tieck, Chamisso, Uhland, ou de Körner, Rückert, Platen, Hauff (alguma notoriedade na divulgação de poetas alemães coube à nem sempre feliz colectânea de José Gomes Monteiro *Ecos da lira teutónica*, de 1848), dos irmãos Grimm (Cortez, 2001), ou ainda dos populares autores dramáticos e ficcionistas A. von Kotzebue e A. Lafontaine, aos quais, para finais do século, vêm juntar-se, com alguma evidência, os nomes de Wagner ou de Schopenhauer. Entre os autores de língua alemã então mais traduzidos encontra-se o suíço Salomon Gessner, que fizera a sua entrada no horizonte cultural português já na 2.^a metade do séc. XVIII (1761) e fora por essa época objecto de uma recepção de sinal sobretudo eclesiástico, confirmando-se a sua popularidade com a edição de dois volumes de *Obras* em 1791. O intuito edificante e moralizador preside ainda às primeiras versões do séc. XIX, mas com o avançar do século assiste-se a uma laicização crescente da sua recepção, manifestando-se agora a opção pelos temas eróticos e anedóticos (Costa, 1995:187-188). Portugal toma definitivamente consciência da riqueza do património literário alemão por meados do séc. XIX, mas o fluxo de traduções de textos desta origem permanece sempre muito limitado se o compararmos com o que sucede com o volume de traduções do francês e dos clássicos, e só muito recentemente, nas últimas décadas do séc. XX, parece ir-se alterando uma situação que por muito tempo se arrastou: a quase crónica distância, com desníveis de uma geração ou, por via de regra, de mais, entre a data das traduções e a data dos originais. Poderia referir-se aqui o caso de Lessing (1729-1781), que suscitou no séc. XIX um apreciável número de traduções, com destaque para uma edição de *Fábulas*, publicada em 1853, e novas versões em 1880 (reed. 1883), mas cujos dramas *Nathan der Weise* e *Minna von Barnhelm* só em 1915 e 1916, respectivamente, conheceram uma primeira tradução (Carreira, 1944:14-15).

Quanto à cultura inglesa, e à semelhança do já referido para o caso alemão, é também no séc. XIX, e em grande parte igualmente em resultado do exílio de personalidades portuguesas de vulto, mas também

pelo facto de se ter fixado na cidade do Porto uma colónia inglesa com relevância, que as relações culturais entre os dois contextos adquirem uma expressão mais consistente, depois de já no séc. XVIII se terem intensificado os sinais de comércio cultural materializado na tradução. Em finais do séc. XVIII tinham sido especialmente os chamados «pré-românticos» a estimular os tradutores. Os *Night Thoughts* de Young, também conhecidos através da versão francesa de Le Tourneur, registam traduções, ou reedições, totais ou parciais, desde 1782, por exemplo em 1785, 1787, 1791, 1804 (Rodrigues, I, 1992:173, 183, 193, 207-208, 262). Gray e Ossian-Macpherson são outros dois nomes em evidência. É precisamente em finais do séc. XVIII que, em Portugal, começa claramente a manifestar-se uma nova sensibilidade que, sem abandonar a vigilância da razão e o pendor moralizante, pratica o culto dos afectos, reflectindo uma ainda forte orientação neoclássica. Revelador deste espírito é o trabalho de tradutora da Marquesa de Alorna (1750-1839) – cuja acção cultural foi por Herculano comparada à de Mme. de Staël –, que nos oferece versões e imitações não só de teóricos do Classicismo, como Horácio e Pope, mas igualmente de *Salmos* bíblicos e também de Young, Gray (Flor, 2003), Ossian, Goldsmith e Thomson, bem como de Wieland, von Cronegk, Goethe, Herder, Bürger (Erhardt, 1970; Delille, 2003), ou de Lamartine, a par de Homero, Anacreonte, Safo, Catulo, Claudiano, ou Fúlvio Testi e Metastasio. Entrados já no séc. XIX, talvez se possa dizer que, dos autores de língua inglesa, o mais traduzido é Walter Scott, inclusive com versões dramatizadas da obra ficcional, mas grande êxito continuam a ter os já mencionados «pré-românticos», a quem vem juntar-se agora Byron. Podia ainda referir-se Milton, com a sua epopeia *Paradise Lost*, da qual já havia uma versão de 1789, acrescida de *Paradise Regain'd*, da autoria do Padre José Amaro da Silva (Rodrigues, I, 1992: 200), com versões ou reedições, totais ou parciais, em 1823 (Flor, 1999), 1840 (Rodrigues, II, 1992:95), 1856, 1868, 1869, 1870 (Rodrigues, III, 1993: 113, 265, 277, 288), 1884 (Rodrigues, IV, 1994: 271). De Richardson, existe uma versão abreviada da *Pamela* de 1790, reeditada em 1807 (Rodrigues, I, 1992: 203, 275), e em 1804 circulava, traduzida do francês, a *Clarissa* (Rodrigues, I, 1992:261).

Shakespeare, que entrara nos nossos horizontes por meados do séc. XVIII e desde então conhecera várias adaptações e traduções, muitas delas perdidas ou ainda inéditas, provocando os tradutores sobretudo com o seu *Othello* e influenciando dramaturgos e escritores portugueses

– o Almeida Garrett da maturidade será, porventura, entre as grandes figuras literárias aquela que mais fundamente acusa o seu magistério –, cada vez mais se constitui como desafio, sendo neste domínio curioso registar como, mais uma vez, um rei de Portugal, neste caso D. Luís I (1838-1889), se entregou às artes da tradução. A actividade do monarca assinala um ponto decisivo na história da tradução e da recepção do dramaturgo inglês, não só porque D. Luís traduz a partir do original, e dentro de parâmetros que demarcam o que hoje em dia se entende por tradução, como porque, assumindo o risco de dar a lume os frutos do seu trabalho, desencadeia, logo em virtude da excepcionalidade da sua posição, um movimento de interesse, por vezes até politicamente condicionado, pelas suas versões, e está na origem de nova e acrescida curiosidade pelo escritor isabelino e sua obra. Começando por trazer a público anonimamente uma versão do *Hamlet* (1877), viria a publicar sucessivamente:

O mercador de Veneza (1879), *Ricardo III* (1880) e *Othello - O Mouro de Veneza* (1885) – esta última quatro anos antes da sua morte, tendo também deixado as traduções de *Romeu e Julieta*, *A esquiva donzela*, assim como dos poemas *Vénus e Adónis* e *O estupro de Lucrecia*, que se conservam inéditas. (Estorninho, 1964: cit. 118; Homem, 2001a e 2001b).

Shakespeare é também traduzido enquanto matéria de libretos para óperas, e. g. de Verdi, com o *Macbeth*, de Rossini, com o *Othello* (Rodrigues, III, 1993: 51, 210), de Bellini, com *Romeo and Juliet* (Rodrigues, IV, 1994: 234), tendo estas óperas, mais do que o teatro propriamente dito, contribuído para a revelação do escritor entre o grande público. Existem muitos mais dramas seus em versão portuguesa (cf. Estorninho, 1964; Homem, 2001a e 2001b), mas nunca a recepção do dramaturgo inglês teve um impacto comparável ao que conheceu e. g. na Alemanha. A primeira, e até ao momento única, edição completa das suas obras em português conclui-se em 1955, estando actualmente em curso na Faculdade de Letras do Porto um novo projecto de tradução das obras completas. Outro nome em destaque é o de Charles Dickens, que atraiu a atenção de leitores e tradutores, quer como romancista quer como autor de contos.

Cientismo e reacções do sector religioso

O exílio de personalidades marcantes, mas também a actividade diplomática, propiciaram portanto, como vemos, o contacto com focos

culturais diferentes dos que nos eram mais familiares, estimulando a actividade tradutiva. Mas outras realidades sociais condicionaram fortemente a natureza e o volume dos textos traduzidos. A luta das ideias que marcou o século influiu decisivamente na tradução de textos críticos e ensaísticos. O cientismo e o positivismo triunfantes, que originaram vasto caudal de obra traduzida, acarretaram, por reacção, traduções de numerosos textos em defesa do Cristianismo e da religião: encíclicas, pastorais, obras apoloéticas, testemunhos de autores católicos, *e. g.* Chateaubriand, catecismos, estão na primeira linha de interesses dos tradutores religiosamente empenhados.

A tradução da *Vida de Jesus* de Renan e dos seus contraditores franceses causou um profundo abalo no escol da intelectualidade portuguesa contemporânea e discussões públicas e académicas. (Rodrigues, III, 1993: 8).

Também a *Bíblia* é objecto de novo interesse, destacando-se (além das já mencionadas versões da Marquesa de Alorna) as dos *Salmos* de David, do *Cântico dos Cânticos* e dos *Provérbios* de Salomão, realizadas pelo poeta João de Deus (1893), e a do *Livro de Job*, por Basílio Teles. A este respeito, porém, cabe referir que uma das mais famosas versões em português do texto bíblico, se não mesmo a mais famosa, nomeadamente em função de valores estéticos, é a realizada na segunda metade do séc. XVIII pelo Padre António Pereira de Figueiredo, que traduz, segundo a *Vulgata*, o *Novo Testamento de Jesus Cristo* (6 vols., 1778-1781) e o *Testamento Velho* (17 vols., 1783-1790), sendo a melhor edição deste trabalho a publicada sob o título de *Bíblia Sagrada* (7 vols., 1794-1818), com o texto latino a par do português (Rebello *et alii*, 1971).

No domínio do conhecimento científico é sobretudo a medicina, com as sub-áreas da química e da farmácia, mas também a física, a matemática, a agricultura, a geografia, o desenho e a música que reclamam uma parte substancial do volume de títulos traduzidos. A história – factos, figuras, testemunhos – deu matéria para muitas traduções, bem como a organização e a filosofia políticas, a luta ideológica. Temas e figuras candentes no panorama dos textos traduzidos são, *e. g.*, Napoleão, a questão da unificação italiana, a maçonaria, os Jesuítas, o socialismo.

Imprensa periódica e teatro como grandes impulsionadores da tradução

É preciso, no entanto, ter em mente duas outras realidades sociais para se compreender a razão não só do volume como da natureza dos textos traduzidos, nomeadamente, o teatro e a ópera, que alimentavam as necessidades culturais e de entretenimento sobretudo da burguesia – e aristocracia – de Lisboa e também do Porto, e, por outro lado, a extraordinária expansão da imprensa periódica. A imprensa, que na primeira metade do século fora vista como arma de combate político, passa a ser encarada também como negócio rentável (Rodrigues, III, 1993: 7-8). No séc. XIX proliferam jornais e revistas, de vocação mais generalista ou visando um público mais delimitado, que no seu conjunto alastram para além dos três habituais centros de actividade editorial, Lisboa, Porto e Coimbra, e cobrem praticamente todo o território português e todos os quadrantes sociais. Retomando o exemplo de Byron, pode dizer-se que durante todo o século a divulgação da sua obra se acolhe às páginas da imprensa periódica, sucedendo que só pelo terceiro quartel do séc. XIX as traduções portuguesas deste autor inglês surgirão impressas em livro (Flor, 1995:180 ss.).

Guiando-nos pelos títulos catalogados nos volumes de *A tradução em Portugal* referentes ao séc. XIX, concluímos que o grande número de traduções está intimamente ligado a este fenómeno e à com ele relacionada moda do chamado «folhetim», ora moldado como crónica social, ora do tipo «novelesco». Cremos não errar muito se afirmarmos que cerca de 60% / 70% das traduções se situam no domínio da literatura de consumo, com todo um repositório de temas e motivos românticos estereotipados: paixões e intrigas, dramas familiares, castelos e fantasmas (cf. Sousa, 1978, que chama a atenção para modelos ingleses, como Lewis ou Ann Radcliff, debruçando-se sobre a moda da literatura «negra» ou de terror em Portugal), disfarces e reconhecimentos, golpes da fortuna, aventuras, alimentam a curiosidade e o desejo de evasão de um público-leitor, sobretudo de extracção burguesa, em que o elemento feminino marca uma presença muito forte. Muitos destes textos não ostentam nome de autor e/ou de tradutor, nem assinalam a língua do original. Entre os autores que aparecem identificados pelo seu nome salientam-se os de língua francesa e, entre estes, são Alexandre Dumas, Jules Verne, Eugène Sue, Catulle Mendès, Du Terrail, Paul de Kock, dos que mais vezes ocorrem no

levantamento de A. G. Rodrigues. Mas também um Victor Hugo ocupa um lugar de primeira linha no elenco dos romancistas e poetas traduzidos. Lamartine, Chateaubriand, Musset e, à medida que o século avança, Balzac, Zola, Daudet, Maupassant, George Sand, Flaubert, Baudelaire, a par de autores já revelados anteriormente, como Molière, La Fontaine, Voltaire ou Rousseau, configuram o cerne da literatura francesa traduzida entre nós.

Entre o antigo e o novo: exotismo e classicismo

É interessante registar uma surpreendente presença de autores espanhóis, especialmente no domínio da literatura de ficção dirigida às grandes massas, competindo aqui com os autores de língua francesa. Também os escritores canónicos, numa lista claramente encabeçada por Cervantes mas que integra, entre outros, Lope de Vega e Calderón, e bem assim os escritores contemporâneos, por exemplo Zorilla e Espronceda, são objecto de tradução. A atenção à cultura italiana, já manifestada pelos nossos neoclássicos, contribuiu notavelmente para conformar o gosto italianizante que dominaria os primeiros românticos portugueses (Cidade, 1984:II, 376 ss.). Dante, Boccaccio, Ariosto, Tasso são as referências que, durante o século XIX, continuam a suscitar maior número de títulos traduzidos. Relacionado certamente com os condicionalismos da imprensa periódica encontra-se também o grande apreço pelos contos de De Amicis. A ópera italiana, que já nos fins do séc. XVIII constituía a projecção mais viva da cultura daquele país entre nós, está na base de muitas das traduções oitocentistas do italiano.

À medida que nos aproximamos do final do século vão surgindo cada vez com mais frequência autores norte-americanos em tradução portuguesa, com destaque para E. A. Poe, sobretudo enquanto contista mas também enquanto poeta, Mark Twain, e ainda Nathaniel Hawthorne – de quem foi especialmente apreciado o romance *The Scarlet Letter* –, Harriet Beecher Stowe ou Walt Whitman. Outras culturas, para nós mais exóticas, vão lentamente chegando ao nosso convívio. Sobretudo Tolstoi, Dostoievski, mas também Turgeniev ou Puchkine, são para nós pontes de acesso à ficção russa, devendo-se ao teatro o conhecimento do norueguês Ibsen, enquanto autor de *Casa de boneca* (1894), também traduzida sob o título de *Nora* (1896), de *Os*

espectros (1895), ou de *Edda Gabler* (1898). A América, a Rússia, o Oriente, atraem os espíritos pelo mistério e pelo exotismo. A literatura de viagens alimentou também o desejo de conhecimento e de evasão próprio da época, constituindo um veio não despreciando da literatura traduzida. O orientalismo de finais do século é igualmente responsável pela tradução de alguma lírica chinesa.

A par de todas as novidades que o século traz, revela uma espantosa capacidade de afirmação todo o património greco-latino, que, se perde em importância relativa face ao surgimento de novos e poderosos focos culturais de interesse, continua a manifestar a sua vitalidade, datando do séc. XIX algumas das nossas melhores versões dos clássicos (Rebello, 1982:185-193). A *Epístola aos Pisões*, de Horácio, conhece várias traduções (*e. g.*, 1818; 1827, 1864), e edições como *Obras de Horácio* (1806), *Sátiras* (1834), *Sátiras e Epístolas de Horácio* (1864), *Lírica de Horácio* (1807), *Odes* (1853), mostram como, em Portugal (e no Brasil ou nos Açores), o autor se manteve como marco de referência, não deixando de desafiar ao longo do período, como já o fizera no séc. XVIII, alguns destacados escritores – Filinto Elísio, J. Agostinho de Macedo, Marquesa de Alorna, A. Garrett – à transposição para o português de odes suas. Competindo com Horácio encontra-se Virgílio, com a edição, logo em inícios do século, de *Obras de Virgílio* (3 vols., 1818-1819) ou, mais tarde, de vários livros seus (3 vols., 1845-1846-1847), das *Geórgicas* (1867; 1875). Mas também Ovídio (António Feliciano de Castilho, *e. g.*, traduz: *Metamorfoses*, 1841; *Amores*, 1851; *Arte de amar*, 1861-1862; *Fastos*, 1862), Lucrécio (*e. g.*, *A/Da natureza das cousas*; 1850; 1851-1853; 1890), Pérsio, Juvenal, Apuleio, Catulo, Tibulo não saem da mira dos nossos homens de letras. Na esteira do Romantismo e do interesse dos eruditos, nomeadamente alemães, pela História Antiga, são-nos dadas versões de Tácito (*e. g.*, *Anais*, 1830; *Vida de Gneu Júlio Agrícola*, 1842; *Tratado da situação, costumes e povos da Germânia*, 1846), Tito Lívio (*e. g.*, *História romana*, 2 vols., 1861-1880), Salústio (*e. g.*, *História da conjuração de Catilina e da guerra de Jugurta*, 1820). Entre os Gregos, são traduzidos Xenofonte, Heródoto, Hesíodo, mas também líricos e trágicos, nomeadamente Anacreonte, Safo e Eurípedes (Rebello, 1982:187-193). De registar é, como sublinha Luís Sousa Rebello, o facto de até meados do séc. XIX todas as versões da epopeia homérica não terem ido além de fragmentos, sendo no início desse século que se encontra o maior número de traduções experi-

mentais. A exaltação romântica da poesia primitiva haveria de conduzir à elaboração das primeiras versões completas da *Ilíada*, em verso hendecassílabo, e da *Odisseia*, em prosa, por João Félix Pereira (*idem, ibidem*). Os dois poemas homéricos conheceram, já nos nossos dias, uma tradução integral portuguesa, em verso, da autoria de Frederico Lourenço, publicadas em 2003 (*Odisseia*) e 2005 (*Ilíada*).

Ao encontro do público infanto-juvenil

Um filão com importância crescente no volume das traduções é o da literatura de «instrução e recreio», dirigida sobretudo a um público infanto-juvenil, mas também aos seus educadores ou, mesmo, ao povo rude. Já vimos como as fábulas de Esopo, de Fedro e La Fontaine despertaram grande interesse, funcionando como instrumento de moralização. Na literatura infanto-juvenil alinham agora a par dessas fábulas, de que continuam a sair traduções, também contos morais, contos de pendor realista e intenções didáctico-moralizantes, bem como romances de aventuras, entre os quais se poderiam destacar *Les aventures de Télémaque* de Fénelon, as *Gulliver's Travels* de Swift, *Robinson Crusoe* de Defoe (Cortez, 1996a:269-270), a que vêm associar-se os romances de Jules Verne. É natural que tenha precisamente a ver com intuítos educativos a relativa fortuna do Lessing fabulista em detrimento do Lessing dramaturgo, acima referida, tal como parte do interesse votado a Gessner. Sobretudo a partir de meados do século, vamos passar a encontrar com frequência os nomes de Andersen, que gozou de grande apreço, da Condessa de Ségur ou do Cónego Schmid, a par do dos irmãos Grimm (Idem, 2001). A primeira tradução registada de contos de Grimm data de 1837, sendo o presumível responsável e tradutor um liberal que, valorizando o passado de aventuras e descobrimentos marítimos dos Portugueses, traduz e adapta a matéria, explorando o motivo da viagem (Idem, 1996a:271-275).

Interessante é também a tradução de versões da *Bíblia* adaptada às crianças. Cresce significativamente o volume da literatura religiosa para crianças, de origem católica ou, mais raramente, também protestante, e vão aparecendo traduções de obras de iniciação às ciências naturais dirigidas a esta faixa etária.

A ausência do nome do tradutor em grande parte desta literatura deve ser um sinal da sua menor cotação no conjunto do sistema lite-

rário. Para finais do século e com a entrada no século XX verifica-se neste domínio uma intervenção notável de mulheres, de horizontes culturais rasgados, que, com a sua actividade de tradutoras orientadas para um público infantil, contribuíram para a introdução e/ou confirmação de um maravilhoso que não o tradicional ibérico.

Sendo embora a tradução um vector de produção cultural sem dúvida importante, no âmbito da história da cultura portuguesa não se procedeu ainda ao estudo sistemático do perfil biográfico e sociológico dos tradutores. Mesmo sem uma fundamentação documentada, poderá em todo o caso esboçar-se uma apreciação aproximada sobre esses agentes culturais. Desde a Idade Média e ao longo dos sécs. XVI, XVII e até meados do séc. XVIII, o tradutor foi predominantemente um erudito, um estudioso das letras clássicas e, geralmente, um eclesiástico ou membro de uma ordem religiosa, como atrás referimos. A partir de meados do séc. XVIII, o estatuto do tradutor diversifica-se consideravelmente. Correspondendo à explosão da actividade tradutiva, surgem novos domínios de tradução, valorizam-se as línguas modernas e alargam-se as solicitações do público. Neste quadro em que se democratizam a leitura, o espectáculo teatral e operático, e consequentemente a tradução, além do tradutor erudito, que prolonga a tradição dos séculos anteriores, emerge, sobretudo a partir dos finais de Setecentos, um outro, caracterizado pela versatilidade linguística, por uma certa despreocupação literária e pela capacidade de responder a urgências do mercado. A partir desta data e pelo séc. XIX adiante, nesta figura plural do tradutor convergem o tradutor-escritor, o tradutor classicista, o tradutor jornalista e, de certo modo, o tradutor amanuense. Neste conjunto, deverá assinalar-se uma cada vez mais frequente participação feminina. Não diverge fundamentalmente desta situação o que se irá observar no século seguinte.

A tradução no séc. XX

Apesar de toda a abertura a novos estímulos que referimos, a grande língua de contacto com a cultura universal nas suas múltiplas expressões continuou a ser, por todo o séc. XIX, o francês. Eça de Queirós (1845-1900) traça, em *Últimas páginas*, a seguinte caricatura do ambiente que foi encontrar em Coimbra, quando estudante universitário:

Mas, à parte esse [Antero de Quental] (...) – todo o resto desse rancho encantador parecia ter chegado na véspera do *Quartier Latin*. Sobre as mesas, só havia livros franceses; nas cabeças só rumorejavam ideias francesas; e o cavaco, entre a fumaça, tomava invariavelmente o picante gosto francês. O que se lia? Só a França. Toda a França – desde Mery a Proudhon e desde Mussét a Littré. (Queirós, 1958:816-817)

Esta situação mantém-se, sem alterações de fundo, por toda a primeira metade do século XX. O primado da França, mesmo como quase exclusiva fornecedora de material para retraduzões (por exemplo os grandes clássicos russos Tolstói, Dostoievski e Tchekov são vertidos para português, durante quase todo o século, através da via francesa), só vem no entanto a ser abalado durante a II Guerra Mundial, quando, em resultado da ocupação alemã, se verifica o colapso dos prelos franceses, e depois também como consequência do reordenamento político-cultural do após-guerra, com uma forte orientação para os Estados Unidos da América. Outro facto é que, com o alargamento da instrução a muito mais vastas camadas, o inglês e, já muito próximo dos nossos dias, também o alemão passam a ser dominados por mais amplos círculos, o que gera novas apetências e novas capacidades do público consumidor e produtor ou transmissor de informação e de cultura.

É sobretudo depois da II Guerra Mundial que o fluxo de traduções assume proporções vastíssimas. Precisamente nesse momento, vemos prolongar-se e intensificar-se um movimento que já se nos deparara no séc. XIX. Os grandes jornais portugueses apresentam, por essa época, secções semanais e, em muitos casos, mesmo diárias, de contos, o que arrasta necessariamente um extraordinário volume de traduções e dá conta de uma extraordinária abertura de horizontes. Autores dos cinco cantos do mundo, sobretudo ficcionistas americanos, franceses, ingleses, alemães, russos, italianos, espanhóis, romenos, suecos, chegam deste modo ao convívio diário com um vasto público, que assim procura romper o bloqueio cultural imposto primeiro pela guerra e logo, no imediato após-guerra, pelo isolamento internacional a que o regime político votou o país. Contos de Maugham, Hemingway, Pirandello, Maupassant, Tchekov, H. Bazin, Valle-Inclán, Joyce, Kafka, Thomas Mann, Rilke, Virginia Woolf, E. A. Poe, Papini, Strindberg, povoam diariamente as páginas da grande imprensa (Hörster, 2001:335 ss, *passim*). A actividade editorial explorou e alimentou esta curiosidade, inaugurando colecções famosas de ficção estrangeira, com relativa longevidade. Entre os nomes mais divulgados encontram-se os de Hemingway,

Faulkner, Steinbeck, Graham Greene, Bernanos, Gide, Proust, Maurois, Malraux, Stendhal, Moravia, Gorki, Dostoievski, Zweig, H. H. Kirst, Thomas Mann, Kafka. A tradução foi neste período, para muitos escritores oposicionistas ao regime impedidos de exercerem uma profissão nos quadros do Estado, uma forma de ganha-pão. Num país que sempre se mostrou particularmente receptivo à poesia, também os poetas não são esquecidos, contando-se porventura entre os líricos mais traduzidos Rilke, T. S. Eliot, Ezra Pound, Saint-John Perse, Claudel, García Lorca. A este respeito as Universidades não se alhearam da missão de divulgar a grande lírica universal através da tradução. O professor e poeta Tomaz Kim foi um grande tradutor de lírica inglesa, o germanista Paulo Quintela, desde finais dos anos 30 que nos foi proporcionando versões famosas de Rilke – talvez o poeta alemão do século XX com mais impacto em Portugal (Hörster, 2001:669-684) –, de *Poemas* de Hölderlin (1945, 1959), de *Poemas* de Goethe (1949, 1958, 1979), de *Poemas* de Nietzsche (1960, 1981), de *Poemas e canções* de Brecht (1975), de *Poemas* de Nelly Sachs (1967), de *Poemas* de Trakl (1981), entre outros; o romanista David Mourão-Ferreira, também professor e poeta, deu-nos versões de múltiplos poetas, reunidas em *Imagens da poesia europeia* (1970). Serão estes talvez os nomes mais em evidência neste domínio, por meados do século. Esta tradição tem sido, em anos recentes, empenhadamente prosseguida pelo germanista João Barento, autor de numerosas traduções – entre elas, de poetas expressionistas alemães, de lírica e ficção alemãs contemporâneas, de lírica barroca –, e responsável e principal tradutor de uma edição de *Obras escolhidas* de Goethe, em 8 volumes (1991-1993), empreendimento pouco vulgar no panorama editorial português. Projecto igualmente ambicioso está a ser desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em que uma equipa coordenada por Rui Carvalho Homem se propõe levar a cabo a tradução integral das obras de Shakespeare. Estas iniciativas sinalizam uma tendência actual para a tradução de clássicos, em sentido amplo, que Frederico Lourenço, com a tradução da *Odisseia* e a da *Iliada*, Pedro Tamen, com a transposição (em curso) de *Em busca do tempo perdido*, Manuel Portela, com a versão de *A vida e opiniões de Tristram Shandy*, ou Vasco Graça Moura, com as múltiplas versões adiante referidas, vêm confirmar. A actual onda de tradução de clássicos, antigos e modernos, desde Homero a Walter Benjamin, parece exprimir uma firme vontade de participar do património literário e cultural universal.

Entre os autores de teatro mais traduzidos destaca-se Beckett, a par do qual alinham, ainda que com menor relevo, os nomes de Ionesco, Pirandello, impondo-se a dramaturgia alemã com um peso crescente, à medida que o século caminha para o seu termo. Brecht invade os palcos portugueses sobretudo depois da revolução política de 1974 (Delille *et alii*, 1991:497-526) e os principais grupos teatrais da actualidade fizeram de Ödon von Horváth, Thomas Bernhard e Heiner Müller autores da casa.

Nota-se, presentemente, uma revalorização da tradução literária, nem tanto pelo sinal exterior da criação de prémios a nível nacional, mas sobretudo pelo facto de muitos poetas portugueses de grande altura praticarem, com grande dignidade, e de modo nenhum acometidos da consciência de se entregarem a uma actividade menor, a tradução de pares seus – do que, logo em inícios do século, Fernando Pessoa deu exemplo. Prazer, experimentação, homenagem, sacralização da poesia, exercício de cultura, sinalização ritual da pertença a uma grande família, são alguns dos impulsos na base deste movimento de traduções líricas. É o caso, por exemplo, de Jorge de Sena, com dois volumes de traduções de *Poesia de 26 séculos* (1971-1972) e de um volume de *Poesia do século XX* (1978); de Eugénio de Andrade, tradutor de Safo e de García Lorca, entre outros; do surrealista Mário Cesariny de Vasconcelos, tradutor de Rimbaud, por ex.; de Sophia de Mello Breyner, tradutora de Dante e de Shakespeare; de José Bento, tradutor de Jiménez, de Alberti e tantos outros; de Egito Gonçalves, tradutor de poesia chilena e outra; de Fernando Guimarães, tradutor de Keats, Lawrence, Dylan Thomas, entre outros; de Vasco Graça Moura, com uma obra monumental de mediador, enquanto autor das traduções *Os sonetos de Shakespeare*, *Os sonetos a Orfeu de Rainer Maria Rilke*, bem como de versões de *Cartas a um jovem poeta* e de lírica vária deste autor alemão, de poemas de Gottfried Benn e de H. M. Enzensberger, de Ronsard, de Villon, da *Divina Comédia* de Dante e das *Rimas* de Petrarca. É o caso ainda, entre tantos outros, de Carlos de Oliveira, Joaquim Manuel Magalhães, António Ramos Rosa, Liberto Cruz, Yvette Centeno, Pedro Tamen, Herberto Helder.

Mais do que nunca, até pela integração de Portugal na União Europeia, o intercâmbio científico e cultural com outros países assume actualmente um papel cada vez mais relevante no quotidiano dos por-

tugueses. Reflexo disso mesmo é a criação, em 1987, dos primeiros Cursos de Tradução em Universidades portuguesas. Os docentes universitários têm-se empenhado muito decididamente, quer na produção de novas versões – sobretudo de clássicos gregos e latinos e de escritores de língua alemã e de língua inglesa, tanto no domínio da literatura como no da filosofia –, quer ainda na criação de núcleos de pesquisa na área dos Estudos de Tradução.

Nos inícios do século XXI, em tempo de transposição de todas as fronteiras, designadamente as das línguas particulares de povos, países e culturas, a importância da tradução, literária e extraliterária, é imensa. Para muitos sectores da vida moderna, traduzir é não só conveniente e útil, mas também imprescindível e inevitável. O presente e o futuro da língua e da cultura portuguesas passam também por aí, em termos e níveis que ainda mal podemos entrever.

Bibliografia

- Anacleto, Maria Marta Dias Teixeira da Costa (2000), *Escrita e reescrita do texto ficcional bucólico. A recepção do romance pastoril ibérico em França (séculos XVI-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento, inédita.
- Anacleto, Marta Teixeira (1994), *Aspectos da recepção de Los Siete Libros de la Diana em França. As traduções de Nicolas Colin (1578) e S. G. Pavillon (1603)*, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Anacleto, Marta Teixeira (2002), «(Re)formulações do trágico raciniano na literatura portuguesa de Setecentos: A reescrita dos Arcades – I», in Lopes, Alexandra / Oliveira, Maria do Carmo Correia de (Org.) (2002), *Deste lado do espelho. Estudos de tradução em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 81-92.
- Andrade, António Alberto de (1950), «Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII», in *Brotéria*, LI, 432-451 [Incluído posteriormente no vol. do A. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. 169-190].
- Ares Montes, José (1952), «Cervantes en la literatura portuguesa del siglo XVII», in *Anales Cervantinos*, II, pp. 195-230.
- Barata, José de Oliveira (1993), «A Poética de Manuel de Figueiredo», in *Humanitas*, XLV, *Miscelânea em Honra dos Doutores Walter de Medeiros e Manuel Pulquério*, I, pp. 313-334.
- Barento, João (1978), *Deutschsprachige Literatur in portugiesischer Übersetzung: Eine Bibliographie (1945-1978). Obras alemãs em tradução portuguesa. Uma bibliografia (1945-1978)*, Bonn-Bad Godesberg, Inter Nationes.

- Barrento, João (1984), «Literatura de língua alemã em tradução portuguesa», in *Runa*, n.º 2, pp. 150-154.
- Barrento, João (1985), «O ano da Cacânia (As traduções do Alemão no ano de 1985)», in *Runa*, n.º 4, pp. 211-214.
- Barrento, João (1986), «Pequenos passos e grandes augúrios (As traduções de literatura alemã em 1986)», in *Runa*, n.º 5-6, pp. 274-277.
- Barrento, João (1989), «A recepção da literatura alemã contemporânea em Portugal», in *Lusorama*, n.º 10, pp. 9-21.
- Barrento, João (1991), «*Goethe em Portugal*», in J. Barrento (Org.), *Goethe. Vida – Obra – Época. Goethe em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 98-111.
- Beau, Albin Eduard (1964), «Goethe nas letras portuguesas», in A. E. Beau, *Estudos*, vol. II, Coimbra, Por Ordem da Universidade, pp. 97-135.
- Bechara, Evanildo (1984), «Português do Brasil e português de Portugal nas traduções do *Coração de Amicis*», in H. Bots & M. Kerkhof (Eds.), *Forum Litterarum, Miscelânea de estudos literários, linguísticos e históricos oferecida a J. J. Van Den Besselaar*, Amsterdam & Maarssen, Apa-Holland University Press, pp. 87-93.
- Belchior, Maria de Lourdes (1995), «Vieira e a oração em vernáculo: a defesa do uso da língua portuguesa contra o uso do latim», in *Biblos*, LXXI, I.ª Parte da *Miscelânea em Honra da Doutora Maria Helena Rocha Pereira*, pp. 129-133 [Ver tb. Pontes, Maria de Lourdes Belchior].
- Borralho, Maria Luísa Malato da Rosa (1995), *Manuel de Figueiredo. Uma perspectiva do neoclassicismo português (1745-1777)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Brandão, Fr. Francisco (1650), *Parte Quinta da Monarquia Lusitana*, Em Lisboa, Oficina de Paulo Craesbeeck.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1982), «Longino e Custódio José de Oliveira: um apontamento sobre a Retórica setecentista», in *Revista de História das Ideias*, IV, t. 2, pp. 321-330.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1983), «Em torno do *Sublime*: Boileau e Custódio José de Oliveira», in *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque, Paris, 11-16 octobre 1982*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 239-250.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984), «Uma nova retórica para um novo discurso», in M. H. C. dos Santos (Coord.), *Pombal revisitado*, Lisboa, Editorial Estampa, I, pp. 169-187.
- Calado, Adelino de Almeida (1995), *A data da tradução do De officiis pelo Infante D. Pedro*, Separata da *Revista da Universidade de Aveiro / Letras*, n.º 12.
- Calado, Adelino de Almeida (2000), *Corte Enperial*, edição interpretativa, Aveiro, Universidade de Aveiro.

- Carneiro, Manuel Cerejeira (1985), *Versões portuguesas de três cartas de Ovídio por João Roiz de Sá de Meneses (Cancioneiro geral)*, Separata da *Revista da Universidade de Aveiro / Letras*, n.º 2.
- Carneiro, Maria do Nascimento Oliveira (1987), «As traduções portuguesas de Victor Hugo no séc. XIX (romance e teatro)», in Ferreira de Brito (Org.), *Victor Hugo em Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua morte)*, Porto, Faculdade de Letras, pp. 249-261.
- Carreira, Gabriela (1944), *A literatura alemã em traduções portuguesas: Ensaio bibliográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura Alemã.
- Carvalho, Joaquim de (1935), *Jacob de Castro Sarmiento et l'introduction des conceptions de Newton en Portugal*, Lisboa, Separata de *Actes, Conférences et Communications du III^e Congrès International d' Histoire des Sciences, tenu au Portugal, en 1934*.
- Carvalho, Joaquim de (1939), *Descartes e a cultura filosófica portuguesa*, Lisboa, Separata das *Memórias*, Classe de Ciências, t. II, Academia das Ciências de Lisboa.
- Castro, Aníbal Pinto de (1960), *Balzac em Portugal. Contribuição para o estudo da influência de Balzac em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Castro, Aníbal de (1969), «Fábula. Portuguesa, brasileira e francesa», in *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de Cultura*, VIII, Lisboa, Verbo, cols. 228-229.
- Castro, Aníbal Pinto de (1973), *Retórica e teorização literária em Portugal, do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- Castro, Aníbal Pinto de (1974a), «Alguns aspectos da teorização poética no Neoclassicismo português», in *Bracara Augusta*, XXVIII, n.ºs 65-66 (77-78), pp. 5-17.
- Castro, Aníbal Pinto de (1974b), *Breves reflexões sobre o teatro em Portugal nos séculos XVII a XVIII*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Castro, Aníbal Pinto de (1997), «Freire (Francisco José)», in Bernardes, José Augusto Cardoso / Castro, Aníbal Pinto de, et alii (Dir.), *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 2, Lisboa-São Paulo, cols. 697-700.
- Cepeda, Isabel Vilares (1964), *As versões portuguesas da Imitação de Cristo (Subsídios para uma bibliografia)*, Coimbra, Separata de *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, n.º 8.
- Cepeda, Isabel Vilares (1995), *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa: Subsídios*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Chaves, Álvaro Lopes de (1984), *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da B.N.L. Introdução e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cidade, Hernâni (1984), *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2 vols. [7.ª ed., corrigida, actualizada e ampliada].

- Cintra, Luís F. Lindley (1951), «Sobre uma tradução portuguesa da *General Estoria* de Afonso X», *Boletim de Filologia*, t. 12, pp. 184-191.
- Cintra, Maria Adelaide Valle (1957), *Livro de Solilóquio de Sancto Agostinho*, ed. crítica e glossário, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Cintra, Maria Adelaide Valle (1960), *Bibliografia de textos medievais portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Coelho, Jacinto do Prado (1964), *Presença da França nas letras portuguesas nos séculos XVIII e XIX*, Rio de Janeiro, Separata de *Revista do Livro*, n.º 25, Março.
- Coelho, Jacinto do Prado (1969a), «Fábula. Na época moderna», in J. P. Coelho (Org.), *Dicionário de literatura*, I, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 323-324.
- Coelho, Jacinto do Prado *et alii* (1969b), «Influências», in J. P. Coelho (Org.), *Dicionário de literatura*, I, ed. cit., pp. 475-494.
- Correia, Renato (1986), «Lírica brechtiana em traduções portuguesas de Arnaldo Saraiva e Paulo Quintela», in K. H. Delille (Ed.) *et alii*, *Problemas da tradução literária*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 83-116.
- Cortez, Maria Teresa (1996a), «Um conto de Grimm em terras de navegadores», in A. H. de Oliveira Marques / Alfred Opitz / Fernando Clara (Coord.), *Portugal – Alemanha – África*, Lisboa, Colibri, pp. 265-275.
- Cortez, Maria Teresa (1996b), «Die Emanzipation der Frau und Grimms Märchen. Portugiesische Fassungen des 19. Jahrhunderts», in *Runa*, n.º 26, pp. 603-613.
- Cortez, Maria Teresa (2001), *Os contos de Grimm em Portugal. A recepção dos Kinder- und Hausmärchen entre 1837 e 1910*, Coimbra, MinervaCoimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Universidade de Aveiro (originariamente apresentado como dissertação de Doutoramento à Universidade de Aveiro, em 1998).
- Costa, Fernanda Gil (1995), «Salomão Gessner: Um episódio português», in *Dedalus*, n.º 5, pp. 185-203.
- Costa, Maria Helena Teves (1979), «Livros escolares de latim e de grego adoptados pela Reforma Pombalina dos estudos menores», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, pp. 287-329.
- Cristóvão, Fernando Alves (1983), «Presença de Fénelon no espaço literário luso-brasileiro: Subsídios para um estudo», in *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque, Paris, 11-16 octobre 1982*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 135-150.
- Delille, Karl Heinz / Hörster, Maria António / Castendo, Maria Esmeralda / Delille, Maria Manuela / Correia, Renato (1986), *Problemas da tradução literária*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Delille, Maria Manuela (1973), *Uma tragédia portuguesa do séc. XVIII: Morte de César. Suas relações com a literatura dramática francesa e inglesa*, Coimbra, Separata de *Biblos*, XLVIII.

- Delille, Maria Manuela (1977), *Heine em Portugal*, Coimbra, Separata de *Biblos*, LIII, pp. 1-66.
- Delille, Maria Manuela G. (1984a), «A recepção do *Fausto* de Goethe na literatura portuguesa do século XIX», in *Runa*, n.º 1, pp. 89-146.
- Delille, Maria Manuela G. (1984b), *A recepção literária de H. Heine no Romantismo português (de 1844 a 1871)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Delille, Maria Manuela G. (1996), «A primeira versão portuguesa de uma tragédia de Schiller – O drama *O amor e a intriga*, representado em Lisboa em 1802, no Teatro Nacional da Rua dos Condes», in Rita Iriarte (Coord.), *Ensaio de literatura e cultura alemã*, Coimbra, Minerva, pp. 279-294.
- Delille, Maria Manuela G. / Castendo, Maria Esmeralda / Ramalheira, Ana Maria / Cortez, Maria Teresa / Carrington, Maria Cristina (1991), *Do pobre B. B. em Portugal. Aspectos da recepção de Bertolt Brecht antes e depois do 25 de Abril de 1974*, Aveiro, Editora Estante.
- Delille, Maria Manuela G. / Mingocho, Maria Teresa D. (1980), *A recepção do teatro de Schiller em Portugal no século XIX: I – O drama Die Räuber*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.
- D' Heur, Jean Marie (1975), «L'art de trouver du chansonnier Colocci-Brancuti», éd. et analyse, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, pp. 321-398.
- D' Heur, Jean Marie (1983), «Un art poétique latin et portugais du XIV^e siècle» [ed. por...], in *Pluteus*, I, pp.130-133.
- Dias, José Sebastião da Silva (1960), *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Universidade de Coimbra, 2 ts.
- Ehrhardt, Marion (1970), «Die Marquesa de Alorna und die deutsche Literatur», in *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 10, Münster-Westfalen, Aschenoroffsche Verlagsbuchhandlung, pp. 89-97.
- Ehrhardt, Marion (2003), «As relações germânicas da Marquesa de Alorna», in Aníbal Pinto de Castro *et alii* (Coord.), *Alcipe e as Luzes*, Lisboa, Edições Colibri e Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 251-262.
- Endruschat, Annette / Schäfer-Prieß, Barbara / Schöntag, Roger (no prelo): «Übersetzung und Sprachgeschichte: Übersetzung ins Portugiesische. Traduction et histoire des langues: traductions en portugais», in Ernst, Gerhard / Gleßgen, Martin-Dietrich / Schmitt, Christian / Schweickard, Wolfgang (Hrsg.) (no prelo), *Romanische Sprachgeschichte / Histoire linguistique de la Romania*, 2. Teilband, Berlin; New York, Walter de Gruyter.
- Estorninho, Carlos (1964), «Shakespeare na Literatura Portuguesa», in *Ocidente*, 67, pp. 114-123.
- Faria, Jorge de (1950), «Um século de teatro francês em Portugal (1737-1837)», in *Bulletin d' Histoire du Théâtre Portugais*, I, n.º 1, pp. 62-92.

- Ferreira, José de Azevedo (1980), *Primeyra partida / Alfonse X*; édition et étude, Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ferreira, José de Azevedo (1987), *Foro Real / Afonso X*, edição, estudo linguístico e glossário, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.
- Ferreira, José de Azevedo (1989), *Flores de Dereyto / Jacob de Junta*; edição e glossário da versão portuguesa, Braga, Universidade do Minho.
- Figueiredo, Fidelino de (1917), «Modernas relaciones literarias entre Portugal y España», in *Estudos de literatura, Artigos vários*, 1.ª série (1910-1916), Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, pp. 85-111.
- Figueiredo, Fidelino de (1918), «As adaptações do teatro de Molière por Castilho», in *Estudos de literatura. Artigos vários*, 2.ª série (1917), Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, pp. 109-141.
- Figueiredo, Fidelino de (1924), «Para a história do Humanismo em Portugal: bibliografia de traduções», in *Estudos de literatura. Artigos vários*, 4.ª série (1921-1922), Lisboa, Portugália, pp. 217-245.
- Flor, João Almeida (1986), «Predomínio das literaturas de expressssão inglesa», in *Prelo*, 10, Janeiro / Março, pp. 88-92.
- Flor, João Almeida (1990), «Shakespeare em Pessoa», in J. A. Flor (Ed.), *Colóquio sobre Shakespeare*, Lisboa, Acarte, pp. 53-63.
- Flor, João Almeida (1994), «Camilo e a tradução de Shakespeare», in *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (A.P.E.A.A.)*, pp. 147-156.
- Flor, João Almeida (1995), «Byron em Português: Para o estudo histórico-cultural da tradução literária», in *Dedalus*, n.º 5, pp. 175-184.
- Flor, João Almeida (1999), «Milton (John)», in José Augusto Cardoso Bernardes, Aníbal Pinto de Castro *et alii* (Dir.), *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 3, Lisboa-São Paulo, cols. 786-788.
- Flor, João Almeida (2003), «A Elegia de Gray por Alcipe reescrita», in *Alcipe e as Luzes, op. cit.*, pp. 353-369.
- Frèches, Claude-Henri (1965), «Le théâtre aristocratique et l'évolution du goût au Portugal d'après la *Gazetta de Lisboa* de 1715 a 1739», in *Bulletin des Études Portugaises*, t. 26, pp. 95-110.
- Homem, Rui Carvalho (2001a), «Of Negroes, Jews and Kings. On a Nineteenth-Century Royal Translator», in *The Translator*, vol. 7, n.1, pp. 19-42.
- Homem, Rui Carvalho (2001b), «Of Power and Race and Sex – With Due Respect: On Some Portuguese Translations of *Othello*», in María Fuencisla García-Bermejo Giner (Ed.), *Sederi X. In Memoriam Patricia Shaw*, pp. 193-204.
- Hörster, Maria António (1985), «O drama *Herr Puntila und sein Knecht Matti* de Bertolt Brecht na versão portuguesa de Fiamma Hasse Pais Brandão», in *Runa*, n.º 3/85, pp. 43-71.

- Hörster, Maria António (1986), «Rainer Maria Rilke e seus tradutores portugueses. A exemplo do poema 'Ausgesetzt auf den Bergen des Herzens' em versões de Paulo Quintela e Jorge de Sena», in *Biblos*, LXII, pp. 427-450.
- Hörster, Maria António (1996), «As versões portuguesas das *Duineser Elegien* de Rainer Maria Rilke», in *Runa*, n.º 26, pp. 721-734.
- Hörster, Maria António (1998), «Stationen der Rilke-Rezeption in Portugal», in *Germanistentreffen Deutschland-Spanien-Portugal, 13.-18.09.1998*, Bonn, Deutscher Akademischer Austauschdienst, pp. 153-166.
- Hörster, Maria António (2001), *Para uma história da recepção de Rainer Maria Rilke em Portugal (1920-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (originariamente apresentado como dissertação de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1993).
- Jorge, Maria do Céu (1941), *Shakespeare e Portugal*, Lisboa, Faculdade de Letras (dissertação de Licenciatura, inédita).
- Leão, Duarte Nunes de (1975), *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão.
- Le Gentil, Georges (1938), «Filinto Elísio, traducteur de Chateaubriand», in *Revue de Littérature Comparée*, numéro consacré au Portugal, Janviers-Mars, pp. 83-101.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira (1940), *Racine et le Portugal*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, Separata do *Bulletin des Études Portugaises*, numéro spécial.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira (1941), «Dante em Portugal e no Brasil: Ensaio biblio-iconográfico», in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 4, pp. 96-120.
- Lopes, Alexandra / Oliveira, Maria do Carmo Correia de (Org.) (2002), *Deste lado do espelho. Estudos de tradução em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- Lucas, Maria Clara de Almeida (1986), *Hagiografia medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Machado, Diogo Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 4 vols. [ed. revista, feita sobre a 1.ª].
- Machado, Fernando Augusto (2000), *Rousseau em Portugal. Da clandestinidade setecentista à legalidade vintista*, Lisboa, Campo das Letras.
- Manuppella, Giacinto (1972), *Camoniana Italica: Subsídios bibliográficos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Manuppella, Giacinto (1974), *Uma anónima versão quinhentista dos «Triunfos» de Petrarca e o seu «Comentário»*, Coimbra, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXV.
- Marnoto, Rita (1997), *O Petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*, Coimbra, Biblioteca Geral.
- Martínez-Almoyna, J., / Lemos, A. Vieira de (1968), *La lengua española en la literatura portuguesa*, Madrid, Imnasa.

- Martins, António Coimbra (1969), «A propósito de uma tradução de *George Dandin*, atribuída a Alexandre de Gusmão: Subsídios para o estudo da projecção de Molière em Portugal», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, I, pp. 216-235.
- Martins, António Coimbra (1982), «Pombal e Molière», in *Revista de História das Ideias*, IV, 2, pp. 291-319.
- Martins, António Coimbra (1983), «Rayonnement de Molière au Portugal (1666-1768)», in *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque, Paris, 11-16 octobre 1982*, pp. 195-199.
- Martins, José V. de Pina (1973), *Tratado de Confissom*, fac-símile, leitura diplomática e estudo bibliográfico, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, Mário (1951), *Laudes e cantigas espirituais de Mestre André Dias*, coligidas, anotadas e comentadas, Roriz-Negrelos, Mosteiro de Singeverga.
- Martins, Mário (1979), *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- Martocq, Bernard (1987), «Molière revu par Castilho: *Traduttore, traditore?*», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIII, pp. 681-708.
- Mateus, Maria Helena Mira (1970), *Vida e feitos de Júlio César*, edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Li fet des Romains*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols.
- Menéndez y Pelayo, D. Marcelino (1885), *Horacio en España*, Madrid, Imprenta de A. Pérez Dubrull, 2 ts.
- Mingocho, Maria Teresa Delgado (1996), «Eine portugiesische Übersetzung der Schillerschen *Maria Stuart*: Mendes Leals *Maria Stuard*», in *Runa*, n.º 26, pp. 587-602.
- Mingocho, Maria Teresa Delgado (1998), «Zu Thomas Mann-Rezeption in Portugal», in *Germanistentreffen Deutschland-Spanien-Portugal, 13.-18.09.1998*, Bonn, Deutscher Akademischer Austauschdienst, pp. 167-177.
- Miranda, José da Costa (1972-1975a), «Achegas para um estudo do teatro de Apostolo Zeno em Portugal (século XVIII)», in *Revista de História Literária de Portugal*, IV, pp. 1-34.
- Miranda, José da Costa (1972-1975b), «O teatro de Goldoni em Portugal (século XVIII): Subsídios para o seu estudo», in *Revista de História Literária de Portugal*, IV, pp. 35-85.
- Miranda, José da Costa (1973a), «Edições portuguesas do teatro de Pietro Metastasio (século XVIII): Distribuição cronológica e significado», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, XIV, n.º 1, pp. 163-173.
- Miranda, José da Costa (1973b), «Notas para um estudo sobre o teatro de Molière em Portugal (século XVIII)», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, XIV, n.º 2, pp. 181-236.

- Miranda, José da Costa (1974), «Teatro no tempo do Marquês de Pombal: Divertimento e poder», in M. H. C. dos Santos (Coord.), *Pombal revisitado*, Lisboa, Editorial Estampa, II, pp. 271-286.
- Miranda, José da Costa (1980-1981), «Ainda alguns apontamentos sobre Goldoni em Portugal», in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 43-44, pp. 73-92.
- Miranda, José da Costa (1983), «Notas para um estudo sobre o teatro de Molière em Portugal (séculos XIX e XX)», in *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque, Paris, 11-16 octobre 1982*, Paris, pp. 171-194.
- Miranda, José da Costa (1987), «Alguns apontamentos para um futuro estudo sobre o teatro de Metastasio em Portugal (século XVIII): ainda acerca dos textos impressos ou divulgados nas décadas de 30 e 40», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIII, pp. 650-658.
- Monteiro, Ofélia Paiva (1962), «No alvorecer do Iluminismo em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º conde da Ericeira» (I), in *Revista de História Literária de Portugal*, vol. I, ano I, pp. 191-233.
- Moser, Fernando de Mello (1994), «Shakespeare e a cultura portuguesa», in *Discurso inacabado: Ensaios de cultura portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 231-319.
- Moser, Gerd (1939), *Les romantiques portugais et l'Allemagne*, Paris, Jouve & C.ie.
- Moura, Vasco Graça (1990), «Traduzir Shakespeare: Várias versões do *Hamlet* em português e o mais que adiante se verá», in João Almeida Flor (Ed.), *Colóquio sobre Shakespeare*, Lisboa, Acarte, pp. 121-140.
- Nascimento, Aires A. (1981), «A primeira tradução portuguesa da *Eneida* (Lisboa, BN, Códice 3322)», in *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 1. (2), pp. 199-221.
- Nascimento, Aires A. (1989), «*Pueris laica lingua reserabit: As Reglas pera enformarmos os menynos en latim*, Ms. Oxford, BL, Digby 26 (séc. XIV)», in *Euphrosyne*, n.º 17, pp. 209-232.
- Nascimento, Aires A. (1992), «*Le scriptorium d'Alcobaça: Identité et correlations*», in *Lusitania Sacra*, n.º 4, pp. 149-162.
- Nascimento, Aires A. (1993), «*Bíblia: Traduções em português*», in G. Lanciani e G. Tavani (Org. e Coord.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, pp. 88-92.
- Nascimento, Aires A. (1995a), «*Bíblia*», in José Augusto Cardoso Bernardes, Aníbal Pinto de Castro *et alii* (Dir.), *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 2, Lisboa-São Paulo, cols. 665-673.
- Nascimento, Aires A. (1995b), *Carta a Pamáquio, sobre os problemas da tradução, Ep. 57*. Introdução, revisão de edição, tradução e notas, Lisboa, Edições Cosmos.
- Osório, João de Castro (1942), *Florilégio das poesias portuguesas escritas em castelhano e restituídas à língua nacional*, Lisboa.

- Outeirinho, Maria de Fátima (1992), *Lamartine em Portugal: Alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)*, Porto, Instituto de Estudos Franceses.
- Outeirinho, Maria de Fátima (1994), *A recepção crítica da obra de J.-J. Rousseau*, Porto, Separata da revista *Intercâmbio*, n.º 5.
- Outeirinho, Maria de Fátima (1995), «As traduções da obra de Rousseau em Portugal: Texto e paratexto», Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, XII.
- Peixoto, Jorge (1961), «Bibliografia das edições e traduções do *D. Quixote* publicadas em Portugal», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, II, n.º 4, pp. 597-622.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (1972), *Temas clássicos na poesia portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (1988), *Novos ensaios sobre temas clássicos na poesia portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (2003), «Alcipe e a lírica grega: O modelo de Safo», in *Alcipe e as Luzes*, op. cit., pp. 297-315.
- Piel, Joseph M. (1942), *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Pimpão, Álvaro Júlio da Costa (1947), «Um plágio de Francisco Joseph Freire (Cândido Lusitano)», in *Biblos*, XXIII, n.º 1, pp. 203-209.
- Pimpão, Álvaro Júlio da Costa (1959), *História da Literatura Portuguesa*, Coimbra, Atlântida [2.ª ed., revista].
- Pimpão, Álvaro Júlio da Costa (1972), «La querelle du théâtre espagnol et du théâtre français au Portugal dans la première moitié du XVIII^{ème} siècle», in *Escritos diversos*, Coimbra, «Acta Universitatis Conimbrigensis», pp. 465-484.
- Pinho, Sebastião Tavares de (1993a), «O Infante D. Pedro e a “Escola” de tradutores da Corte de Avis», in *Biblos*, LXIX, pp. 129-153.
- Pinho, Sebastião Tavares de (1993b), «O tripló código do tradutor de latim: do *Leal Conselheiro* aos nossos dias», in *Máthesis*, n.º 2, pp. 37-46.
- Pinho, Sebastião Tavares de (1999), «Lucena, Vasco (Fernandes de)», in José Augusto Cardoso Bernardes, Aníbal Pinto de Castro et alii (Dir.), *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 3, Lisboa-São Paulo, cols. 264-265.
- Pires, Maria Lucília Gonçalves (1980), *Para uma leitura intertextual de «Exercícios espirituais» do Padre Manuel Bernardes*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica.
- Piwnik, Marie-Hélène (1979), *O Anónimo, journal portugais du XVIII^e siècle (1752-1754)*. Lecture, introduction et notes, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Pontes, José Maria da Cruz (1957), *Estudo para uma edição crítica do Livro da Corte Imperial*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

- Pontes, Maria de Lourdes Belchior (1953), *Frei António das Chagas. Um homem e um estilo do séc. XVII*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Queirós, Eça de (1958), *Últimas páginas*, in *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, pp. 609-634.
- Quintela, Paulo (1958), «Obras de Goethe em traduções portuguesas (Tentativa bibliográfica)», in J. W. Goethe, *Poemas*. Antologia, versão portuguesa, notas e comentários de P. Q., 2.ª ed., Coimbra, pp. 423-433, 435-436.
- Ramalho, Américo da Costa (1960), *Estudos sobre o século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Ramalho, Américo da Costa (1997), *Estudos sobre a época do Renascimento*, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Rebello, Luís de Sousa *et alii* (1971), «Traduções», in J. P. Coelho (Org.), *Dicionário de literatura*, II, ed. cit., pp. 1095-1108.
- Rebello, Luís de Sousa (1982), *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rebello, Luiz Francisco (1973), «Sobre Molière em Portugal», in *Colóquio-Letras*, n.º 16, pp. 23-29.
- Rebello, Luiz Francisco (1984), «Présence du théâtre français au Portugal (1700-1980)», in *L'Enseignement et l'expansion de la littérature française au Portugal. Actes du Colloque, Paris, 21-23 Novembre 1983*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 163-173.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1951), *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*, Coimbra, Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XX.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves (1992-1994), *A tradução em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração / Centro de Estudos de Literatura Geral e Comparada, 4 vols.
- Rodrigues, A. Gonçalves (1985), *Victor Hugo em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Rodrigues, Maria Idalina Resina (1987), *Estudos ibéricos. Da Cultura à Literatura. Pontos de encontro. Séculos XIII a XVII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 239-285.
- Rossi, Giuseppe (1947), «A influência italiana no teatro português do século XVIII», in *A evolução e o espírito do teatro em Portugal*, 2.º ciclo (1.ª série) de conferências promovidas por *O Século*, Lisboa, pp. 279-334.
- Rossi, Luciano (1979), *A literatura novelística da Idade Média portuguesa*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- Sá, Artur Moreira de (1960), Introdução a: Pseudo-Aristóteles, *Segredo dos segredos*, Lisboa, Faculdade de Letras.

- Sabio Pinilla, José António / Fernández Sánchez, Maria Manuela (1998), *O discurso sobre a tradução em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.
- Silva, Inocêncio Francisco da (1973), *Dicionário bibliográfico português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vols. I e VII (reprodução fac-similada da 1.^a ed., 1858 e 1862).
- Sousa, Maria Leonor Machado de (1978), *A literatura «negra» ou de terror em Portugal (séculos XVIII e XIX)*, Lisboa, Editorial Novaera.
- Teixeira, Maria Antónia G. (1996), «Zur Werther-Rezeption in Portugal», in *Runa*, n.º 26, pp. 579-585.
- Teixeira, Maria Antónia G. / Gil, Maria de Fátima (1998), *Do pobre B. B. em Portugal. A recepção dos dramas Mutter Courage und ihre Kinder e Leben des Galilei*. Coord. de Maria Manuela G. Delille, Coimbra, Livraria Minerva e Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Vásquez Cuesta, Pilar (1988), *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Lisboa, Publicações Europa-América [Trad. de *La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote*, por Mário Matos e Lemos].
- Verdelho, Evelina (1997), *A tradução de livros estrangeiros em Portugal, com Manuel Rodrigues Lapa*, Rio de Janeiro, Separata de *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n.º 14, 2.º semestre.
- Verdelho, Telmo (1994), «Portugiesisch: Fachsprachen – Tecnoletos», in *Lexikon der romanistischen Linguistik (LRL)*, VI, 2:339-355, Tübingen, Max Niemeyer.
- Verdelho, Telmo (1995), *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Vilas-Boas, Gonçalo (1984), «Kafka em Portugal – uma bibliografia», in Vilas-Boas, G. e Rocha Ferreira, Zaida (Org.), *Kafka. Perspectivas e leituras do universo kafkiano*, Lisboa, Apáginastantas, pp. 219-226.
- Viterbo, Sousa (s.d.), *A literatura espanhola em Portugal*, Lisboa, Separata de *História e Memórias da Academia das Ciências*, nova série, 2.^a classe, t. XII.
- Voltaire et la culture portugaise: Exposition bibliographique et iconographique* (1969), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.